



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL NA BAIXADA FLUMINENSE: O CASO DA RECICLOTECA

ELLIZANDRA DA SILVA SANTOS

Seropédica, RJ
Maio de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL NA BAIXADA FLUMINENSE: O CASO DA RECICLOTECA

ELLIZANDRA DA SILVA SANTOS

Sob a Orientação do Professor

Marcio Silva Borges

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ
Maio de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

d231r da Silva Santos, Ellizandra , 1992-
RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA BAIXADA FLUMINENSE: O
CASO DA RECICLOTECA / Ellizandra da Silva Santos. -
2017.
116 f.: il.

Orientador: Marcio Silva Borges.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em
desenvolvimento territorial e políticas públicas ,
2017.

1. Responsabilidade Social Empresarial . 2.
Desenvolvimento Territorial . 3. Recicloteca. I.
Silva Borges, Marcio , 1972-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de pós
graduação em desenvolvimento territorial e políticas
públicas III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

ELLIZANDRA DA SILVA SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de concentração Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: ____/____/_____.

Banca Examinadora

Dr. Marcio Silva Borges – PPGDT/UFRRJ
Orientador

Dr.^a Maria Cristina Drumond e Castro – UFRRJ

Dr. Cid Alledi Filho – UFF

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por me proporcionar esse momento, por ter me conduzido durante o mestrado, me fortalecido e me capacitado, por ser meu consolador e protetor sempre.

Agradeço a minha mãe por ter sido meu alicerce, pelas renúncias feitas por mim, por ter sonhado comigo sempre. Agradeço também pela paciência, compreensão, carinho e atenção em todos os momentos por ter se feito presente mesmo com a distância.

À minha irmã pela amizade, pelas confidências e companheirismo sempre me animando e divertindo. Ao meu sobrinho, que veio alegrar a minha vida e abrilhantar os meus dias.

Ao meu marido por estar sempre me apoiando, por ser compreensivo e por ter dividido comigo todos os momentos me motivando e ajudando sempre.

Agradeço aos mestres nesta universidade que contribuíram para a minha formação acadêmica em especial ao meu orientador Marcio, por ter dedicado seus conhecimentos e tempo a mim nesta etapa final da minha jornada acadêmica.

Aos amigos que estiveram comigo nessa jornada e fizeram toda a diferença, em especial ao Riyuzo que é mais que um amigo, um irmão que conheci na graduação e irei levar essa amizade para o resto da vida. Obrigada por ser tão presente e solícito.

RESUMO

SANTOS, Ellizandra da Silva. Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Territorial na Baixada Fluminense: o Caso da Recicloteca. 2017. 116 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento Ciências Econômicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

As empresas influenciam a organização social e impactam o meio ambiente onde se localizam. A partir do agravamento desse impacto e da maior percepção deste por parte da sociedade e governo, há uma mudança na postura adotada pelas empresas, que abandona o foco dos negócios apenas no papel econômico de geração de empregos e pagamento de impostos, e passa a valorizar o seu papel e relacionamento com a sociedade e meio ambiente. Uma das formas de contribuição são as ações de Responsabilidade Social Empresarial, através da atuação em projetos sociais e ambientais. Esta dissertação tem por objetivo analisar o Programa Reciclagem Solidária Cooperativas do Centro de Informações sobre Reciclagem e Meio Ambiente – Recicloteca da Organização Não Governamental (ONG) Ecomarapendi patrocinada por uma companhia cervejeira, localizada no Bairro de Campo Grande -RJ, como contribuição para o desenvolvimento territorial e inclusão social da comunidade onde as cooperativas Coopar e Coopcarro estão localizadas e refletir sobre o papel da responsabilidade social empresarial e terceiro setor, nas ações ambientais e sociais. O presente tema justifica-se, pois, a Baixada Fluminense é uma área de expressiva concentração populacional e industrial e apresenta crescimento econômico, porém o desenvolvimento humano observado não acompanha tal crescimento. Como metodologia utilizou-se pesquisas bibliográficas e entrevistas com a Recicloteca, cooperados e presidentes da Coopar e Coopcarro. A participação no Programa trouxe benefícios econômicos, sociais e ambientais para as cooperativas através da legalização das cooperativas e concessão de equipamentos tornaram a coleta, armazenamento e transporte dos materiais mais eficientes, porém há necessidade de continuidade nas ações de apoio às cooperativas de reciclagem.

Palavras-chave: responsabilidade social empresarial; desenvolvimento territorial; terceiro setor.

ABSTRACT

The enterprises always influenced the social organization and impacted the environment where they located. From the aggravation of this impact and major perception of it by the society and government, there is a change adopted by companies, which focus only on the economic role of job creation and taxes payment, and begins to value its paper and relationship with society and environment. How enterprises impact in the territories in which they are installed should contributed to the development. One of the ways to contribute are the actions in Business Social Responsibility, acting in social projects and environmental. This dissertation has the objective analyze the Cooperatives Solidarity Program of Recycle of the Information Center of Environment and Recycle – Recicloteca of the Non Governmental Organization (ONG) Ecomarapendi sponsored by the with the contribution to the territorial development and social inclusion of the community where the cooperatives Coopar and Coopcarmo are located and reflect about the role of business social responsibility in the environmental and social actions. The present theme is justified because the Baixada Fluminense is an area of expressive populational and industrial concentration and presents economic growth, however the human development observed doesn't accompanies the growth. As methodology it was used bibliographical research and interviews with the Recicloteca, cooperatives and presidents of Coopar and Coopcarmo. The participation in the program brought economic, social and environmental benefits for the cooperatives; however there is the necessity of continuity of the actions.

Key-words: business social responsibility; territorial development; third sector.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Geração de RSU (t/ano)	17
Figura 2: Geração de RSU per capita (kg/hab/ano)	18
Figura 3: Coleta de RSU no Brasil (t/ano)	19
Figura 4: Geração de RSU per capita (kg/hab/ano)	19
Figura 5: Consumo aparente das embalagens dos diferentes materiais (em 1 mil t)	20
Figura 6: Índices de Reciclagem disponíveis para o Alumínio, Papel e Plástico (%).....	22
Figura 7: Surgimento das críticas e questionamentos ao caráter ético e social dos negócios empresariais.....	29
Figura 8: Pirâmide da Responsabilidade Social Empresarial.....	37
Figura 9: Linha do Tempo das Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente.....	41
Figura 10: Evolução de conceitos de RSE e Sustentabilidade.....	48
Figura 11: Rede de <i>stakeholders</i>	52
Figura 12: Temas centrais da ISO 26000.....	60
Figura 13: Região Metropolitana do Rio de Janeiro com Destaque para a Baixada Fluminense.....	74
Figura 14: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Estado do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, 2010.....	76
Figura 15: Localização Coopcarmo.....	83
Figura 16: Localização Coopar.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Densidade demográfica da Baixada Fluminense, 2010.....	15
Tabela 2: Redução de Impacto Ambiental em relação ao cenário sem reciclagem (%)......	23
Tabela 3: Coeficiente de Gini, Ranking Estadual de Gini e percentual de pobres da Baixada Fluminense- RJ, 2010.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resumo da Metodologia.....	26
Quadro 2: Sete princípios da ABNT NBR ISO 26000.....	59
Quadro 3: Principais Categorias do Terceiro Setor.....	68

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRELPE	Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COOPAR	Cooperativa de Reciclagem Amigos Recicladores
COOPCARMO	Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Mesquita
FEBRACOM	Federação das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INSS	Instituto Nacional do Seguridade Social
ISO	Organização Internacional de Normalização
LO	Licença de Operação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PET	Polietileno Tereftalato
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
RITS	Rede de Informação do Terceiro Setor
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
JUSTIFICATIVA	16
OBJETO DE PESQUISA.....	18
PROBLEMA.....	18
HIPÓTESES	25
OBJETIVOS	25
OBJETIVO GERAL.....	25
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
METODOLOGIA.....	26
1. TRANSFORMAÇÕES EMPRESARIAIS NO CONTEXTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	29
1.2 Conceito de Responsabilidade Social Empresarial	36
1.3 Influência das Conferências das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente no Contexto Empresarial	40
1.3.1 Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente.....	41
1.3.2 Influência do Meio Ambiente no Contexto Empresarial.....	46
1.3.3 Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Social Empresarial	48
1.4 Teoria do Acionista, a Teoria dos Stakeholders e a Teoria Contratualista.....	50
1.4.1 Teoria do Acionista	50
1.4.2 Teoria dos Stakeholders.....	51
1.4.3 Teoria Contratualista	54
2. A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: BENEFÍCIOS E PRÁTICAS.....	56
2.1 Princípios e Diretrizes para o Alcance da Gestão com Responsabilidade Social: ISO 26000	58
3. A CONSTITUIÇÃO DOS TRÊS SETORES: ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR NA VIDA ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL NO BRASIL.....	63
3.1 Mercado, o Segundo Setor.....	65
3.2 Sociedade Civil e Terceiro Setor	66
3.3 Terceiro Setor e a Reciclagem.....	69
4. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A CONTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: O CASO DA RECICLOTECA. 71	
4.1 Breve Análise Geográfica e Histórica da Baixada Fluminense.....	74
4.1.1 Mesquita – RJ	79
4.1.2 Duque de Caxias – RJ.....	80
4.2 RECICLOTECA.....	80
4.3 COOPCARMO.....	84
4.4 COOPAR.....	86
5. DADOS E RESULTADOS	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
7 BIBLIOGRAFIA	94
ANEXOS	102
ANEXO A – Entrevista com Representantes das Cooperativas de Reciclagem.....	102
ANEXO B – Questionário destinado aos cooperados	103

ANEXO C – Imagens de Visita Técnica na Coopcarmo – Mesquita/RJ. Galpão da Coopcarmo	
.....	105
ANEXO D – Imagens da Entrevista e Visita Técnica na Coopar – Duque de Caxias/RJ..	111

INTRODUÇÃO

Desde o século XVIII, principalmente no período pós-Revolução industrial, as ações humanas ampliaram exponencialmente os problemas e riscos ambientais. O processo de aceleração da degradação de ecossistemas tem sido intensificado pelos diversos tipos de atividades econômicas que demandam grande quantidade de recursos naturais ao mesmo tempo em que poluem o meio ambiente como resultado de suas atividades.

O crescimento econômico predatório, sem a busca por um desenvolvimento sustentável, trouxe grandes consequências para o meio ambiente e sociedade, e impactos negativos como o aquecimento global, a escassez dos recursos naturais e agravamento da pobreza.

Os processos econômicos da segunda metade do século XVIII, período da Revolução Industrial, até o século XIX, causavam impactos negativos para o meio ambiente, porém tais impactos não eram percebidos de maneira intensa. Todavia, com a chegada do Século XX percebeu-se crescimento econômico com extensiva utilização dos recursos naturais que causou desequilíbrio ecológico, tornando urgente a preservação do meio ambiente e seu uso consciente (GERENT, 2006).

Diante esse cenário, o Estado, as empresas e a sociedade devem buscar meios de minimizar esses efeitos predatórios, procurando conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental, o desenvolvimento econômico e social e a diminuição da pobreza. Nesse contexto a função das empresas não se limita apenas à geração de riqueza e oportunidades de trabalho, é necessário levar em consideração o ambiente social e político em que a empresa se insere além de todas as partes interessadas e suas expectativas. Assim a empresa deve contribuir com o desenvolvimento social, territorial, com a redução dos impactos ambientais e buscar minimizar suas externalidades negativas¹.

As Organizações Não-Governamentais (ONGs), integrantes da sociedade civil organizada, também têm um papel de extrema importância para o meio ambiente e para a sociedade, pois se atrelam as demandas sociais não atendidas pelo Estado, inclusive as

¹ As externalidades podem ser positivas ou negativas, e ocorrem quando os agentes econômicos interagem no mercado, gerando, sem intencionalidade, malefícios ou benefícios para indivíduos alheios ao processo (SOARES, 1999).

advindas das classes menos favorecidas, proporcionando um espaço para luta e conquista da resolução dos problemas sociais e ambientais.

Diante da pressão da sociedade para que setor privado, não apenas o setor público, atue na área social e ambiental, as empresas têm buscado agir com responsabilidade social e ambiental, para que possam manter-se competitivas no mercado.

Uma das ações de responsabilidade social empresarial é o patrocínio e apoio à ONGs, como é o caso da companhia cervejeira, localizada no bairro de Campo Grande, município do Rio de Janeiro, que patrocina a Recicloteca da ONG Ecomarapendi, responsável por apoiar e cooperativas de reciclagem além de pesquisar, organizar e difundir informações sobre lixo, reciclagem, coleta seletiva e meio ambiente em geral.

A reciclagem apresenta benefícios sociais, econômicos e ambientais. A Baixada Fluminense, que é considerada uma zona de sacrifício², recebe diversos empreendimentos de alto impacto ambiental e a sociedade local sofre com diversos problemas sociais e ambientais. O apoio à reciclagem e cooperativas seria então, um meio de buscar o desenvolvimento sustentável desse território, minimizando o cenário de problemas ambientais e sociais, muitas vezes agravados por esses empreendimentos.

O patrocínio de tal empresa à Recicloteca é relevante pois resultou na valorização social dos trabalhadores que recolhem materiais recicláveis através da melhoria nas condições de funcionamento das cooperativas de reciclagem, além de minimizar os impactos da disposição final dos resíduos sólidos, como ocorrido durante o Programa Reciclagem Solidária Cooperativas, realizado entre 2002 e 2011.

² A expressão “zonas de sacrifício” conforme Viégas (2006, p. 1) “é utilizada pelos movimentos de justiça ambiental para designar localidades em que se observa uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais.”.

JUSTIFICATIVA

A Baixada Fluminense é uma área de expressiva concentração populacional e industrial, com a presença de grandes empresas e núcleos urbanos que agravam a degradação ambiental e reforçam a injustiça social local.

Essa região possui 3.651.771 habitantes, aproximadamente 23% da população total do Estado do Rio de Janeiro, a densidade demográfica dessa região é a maior do estado, inferior apenas à do município do Rio de Janeiro, como demonstra a tabela 1 (SEBRAE, 2015).

Tabela 1: Densidade demográfica da Baixada Fluminense, 2010.

Baixada Fluminense	População	Área (KM²)	Densidade demográfica (HAB/KM²)
Estado do Rio de Janeiro	15.989.929	43.780	365
Baixada Fluminense	3.651.771	2.807	1.301
Belford Roxo	469.332	78	6.031
Itaguaí	109.091	276	395
Japeri	95.492	82	1.166
Mesquita	168.376	39	4.310
Nilópolis	157.425	19	8.118
Nova Iguaçu	796.257	521	1.528
Paracambi	47.124	180	262
Queimados	137.962	76	1.823
Seropédica	78.186	284	276
Duque de Caxias	855.048	468	1.829
Guapimirim	51.483	361	143
Magé	227.322	389	585
São João de Meriti	458.673	35	13.025

Fonte: IETS, 2016, adaptado pelo autor.

Os municípios com densidades mais altas são, São João de Meriti (13.025) que possui a maior concentração populacional do estado e do país, Nilópolis (8.118) e Belford Roxo (6.031). Já Guapimirim (143), Paracambi (262) e Seropédica (276), são os municípios que possuem as menores densidades da região da Baixada Fluminense.

A Baixada Fluminense tem recebido investimentos de grandes indústrias, que são atraídas devido à proximidade desta região com a cidade do Rio de Janeiro, e vem dinamizando a economia local, e novas formas de exploração da região. A política ambiental altamente permissiva do governo para os grandes empreendimentos industriais tem sido o principal polo de atração de empreendimentos altamente impactantes e com custos e externalidades para a população. Essa área tem uma grande concentração industrial, com a presença de grandes empresas e poluidoras que fazem intenso uso industrial do solo da região (QUEIROZ; PLÁCIDO, 2013).

A instalação das indústrias, por diversas vezes, ocasiona vários problemas sociais e ambientais. O território é afetado pelas atividades econômicas desses empreendimentos que, na maioria das vezes, não faz planejamento os impactos causados no longo prazo e pode causar desequilíbrios ambientais e sociais na localidade.

Além da participação do setor público para atender as demandas do local, a sociedade tem cobrado a participação das empresas de forma efetiva na área social e ambiental, ou seja, que sejam empresas socialmente responsáveis. A partir dessa demanda as empresas buscam adotar práticas de Responsabilidade Social Empresarial, que considera os acionistas, empregados, fornecedores, clientes, sociedade, governo e concorrentes em busca de uma relação ética com seu público.

A partir do exposto o presente tema justifica-se como formar de analisar a efetividade da adoção da Responsabilidade Social Empresarial para o desenvolvimento sustentável do território e para analisar de que maneira o Programa Reciclagem Solidária Cooperativas da Recicloteca-Ecomarapendi, impactou a comunidade local e como tais ações influenciaram o desenvolvimento local.

OBJETO DE PESQUISA

PROBLEMA

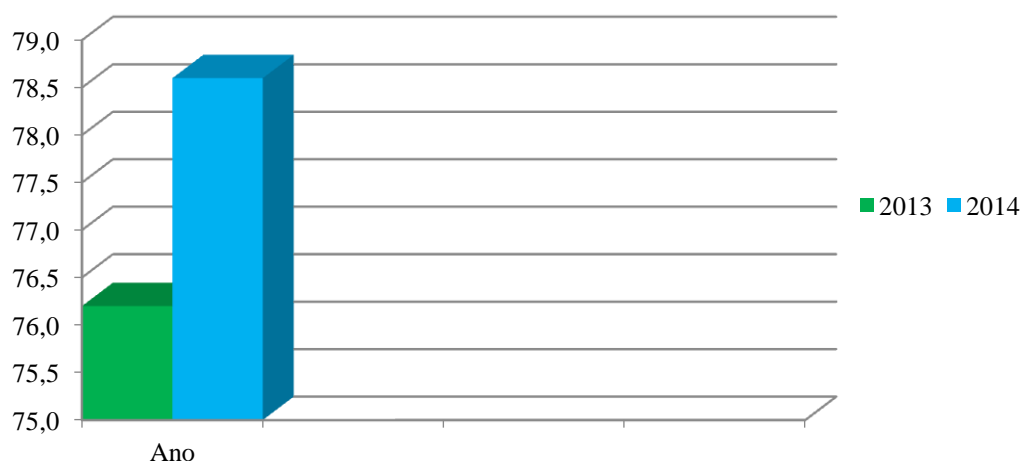
A produção de embalagens e produtos descartáveis aumentou significativamente nos últimos anos, aumentando também, a produção de lixo e a degradação do meio ambiente. A destinação do lixo ainda é inadequada em grande parte dos municípios brasileiros, isso faz com que a implementação de programas de coleta seletiva seja importante para atenuar esse quadro (ZAPPAROLI, 2009).

A preocupação com o meio ambiente faz com que a sociedade, governo e ONGs demandem posturas responsáveis das empresas, que passam a investir em atividades e campanhas como coleta seletiva de lixo e reciclagem de alguns materiais como alumínio e papel.

A participação, tanto do setor público, como do setor privado, é fundamental para que os recursos sejam utilizados com racionalidade e reutilizados o maior número de vezes possível, economizando os recursos e preservando o meio ambiente (ZAPPAROLI, 2009).

No Brasil, em 2014, a geração total de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) foi de aproximadamente 78,6 milhões de toneladas apresentando um aumento de 2,9% da geração do ano anterior, superior à taxa de crescimento populacional no país nesse período, que foi de 0,9% (ABRELPE, 2014). Os dados da geração de RSU são apresentados na figura 1.

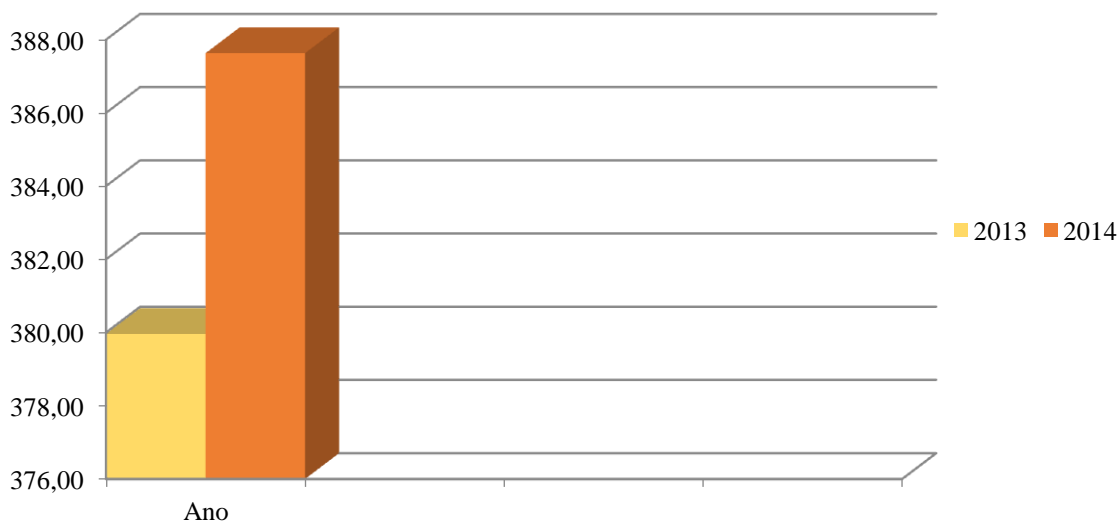
Figura 1: Geração de RSU (milhões de t/ano)



Fonte: ABRELPE e IBGE adaptado pela autora.

No ano de 2013 a geração total de RSU foi de 76.387.200 toneladas, passando para 78.583.405 toneladas no ano de 2014. A Figura 2 apresenta a comparação da geração de resíduo sólido urbano em quilos por habitante entre os anos de 2013 e 2014, percebe-se que houve um aumento de 2,09% da geração de RSU por pessoa.

Figura 2: Geração de RSU per capita (kg/hab/ano)

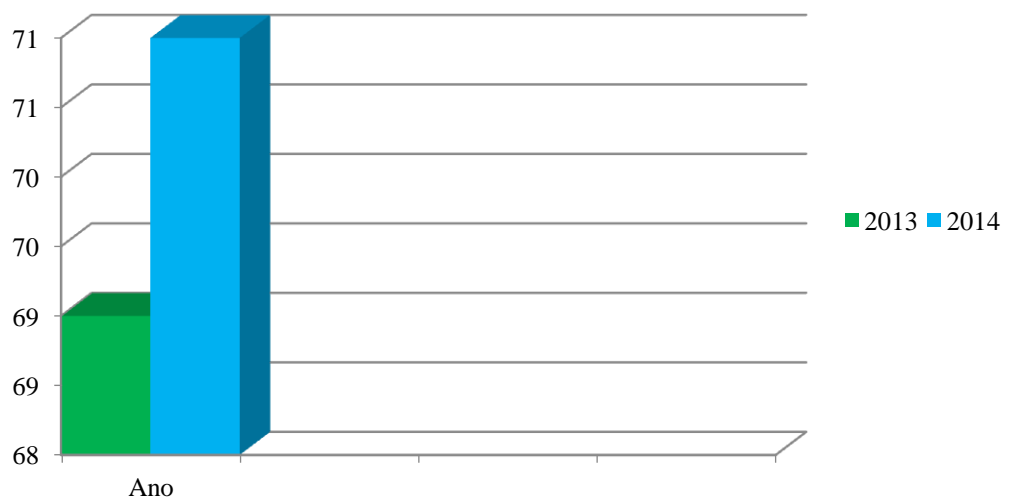


Fonte: ABRELPE e IBGE adaptada pela autora.

A geração de RSU per capita em 2013 foi de 379,96 quilos por habitante e no ano de 2014 passou para 387,63 quilos por habitante, representando um aumento de 2,8 %. Segundo a Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), esse resultado se dá não apenas pelo crescimento populacional, mas também pelo aumento significativo no consumo de produtos com embalagens descartáveis que gera aumento na geração de resíduos. A geração de resíduos além de ser uma questão ambiental passa a ser uma questão de sobrevivência da humanidade e exige uma atenção especial quanto a sua correta destinação e reciclagem (ABRELPE, 2014).

O RSU coletado em 2014 apresentou um aumento de 3,20% no seu total comparado a 2013. Isso mostra que houve um pequeno aumento da cobertura de serviços de coleta de RSU, que atingiu um total de 71.260.405 toneladas coletadas ao ano, como demonstra a figura 3 (ABRELPE, 2014).

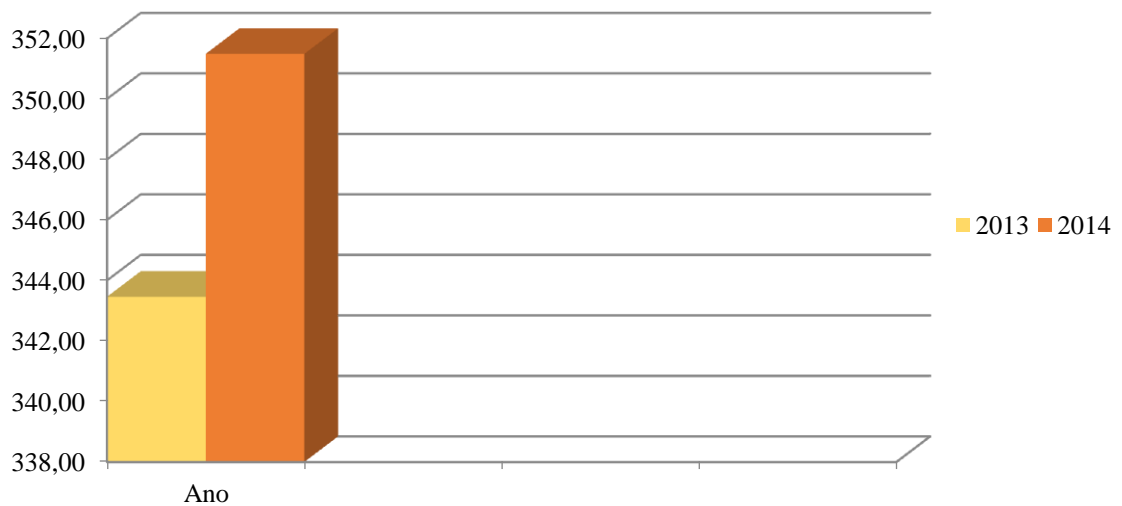
Figura 3: Coleta de RSU no Brasil (milhões de t/ano)



Fonte: ABRELPE e IBGE adaptado pela autora.

Como apresentado houve aumento da coleta do RSU comparada com os resultados do ano anterior, assim como houve também aumento da coleta per capita, que em 2013 era de 343,46 quilos e passou para 351,49 em 2014. A figura 4 demonstra esse aumento.

Figura 4: Geração de RSU per capita (kg/hab/ano)

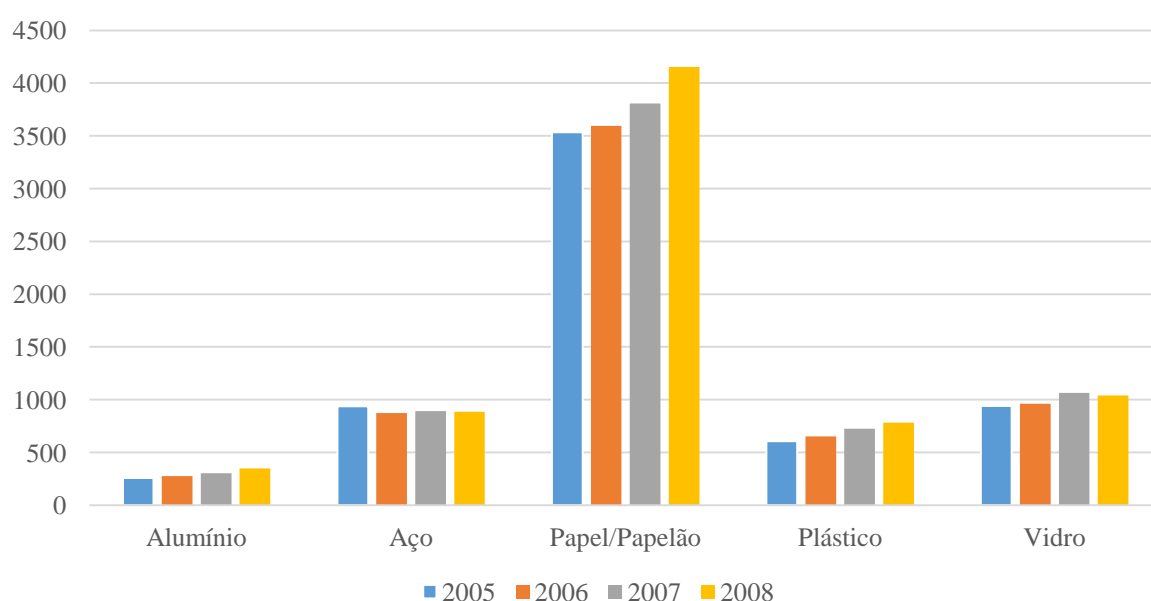


Fonte: ABRELPE e IBGE adaptado pela autora.

As atividades de reciclagem do Brasil apresentam grande participação do alumínio, papel e plástico, já o lixo sólido orgânico tem pequena participação, apenas 3% é reciclado com compostagem (ABRELPE, 2014).

A figura 5 apresenta, em toneladas, a evolução do consumo aparente das embalagens de alumínio, aço, papelão, papel, plástico e vidro, do ano de 2005 até o ano de 2008, encontradas nos resíduos. Nesta figura é possível observar que o consumo das embalagens de papelão e papel apresentam maior relevância, as embalagens de aço, plástico e vidro apresentam consumos semelhantes, enquanto as embalagens alumínio tem a menor participação no resíduo. Porém, segundo o IPEA (2012) deve-se considerar que os materiais possuem diferentes densidades e uma análise por volume pode apresentar situação diversa.

Figura 5: Consumo aparente das embalagens dos diferentes materiais (em 1 mil t)



Fonte: IPEA, 2012.

Como observado na figura 5, o consumo aparente do alumínio tem crescido de forma contínua no período analisado passando de 256,4 mil toneladas em 2005 para 347 mil toneladas em 2008, sendo as embalagens responsáveis por aproximadamente 30% do consumo deste material, entre as embalagens as latas de alumínio representam cerca de 55% do total de embalagens vendidas (IPEA, 2012).

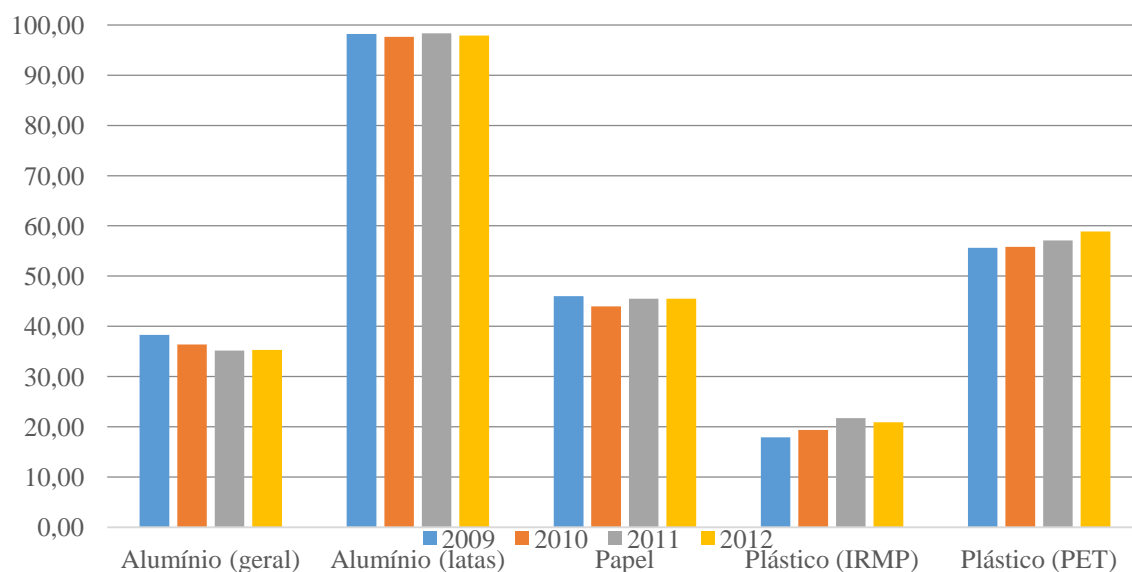
O aço responde apenas por 4% do consumo aparente do material para embalagens, ou seja, possui menor relevância no setor de embalagens, desta forma a quantidade de aço encontrada nos resíduos deve-se menos a presença de embalagens e mais a eletrodomésticos. Apesar da pequena participação no setor de embalagens, as embalagens de aço correspondem a mais que o dobro das embalagens de alumínio, todavia a quantidade de embalagens de aço

consumida apresentou leve redução passou de 936 mil toneladas em 2005 para 886 mil toneladas em 2008, devido à substituição desse material por materiais mais leves, como o alumínio e o plástico (IPEA, 2012).

Os dados apresentados mostram que o consumo de papel e papelão nas embalagens é elevado, demonstrando-se muito superior aos demais materiais passando de 3535 mil toneladas em 2005 para 4154 mil toneladas em 2008, devido a maior utilização dos materiais na fabricação de embalagens. O plástico possui consumo em embalagens parecido com o das embalagens de aço, porém, considerando a baixa densidade do plástico, pode-se inferir que o volume de resíduos das embalagens plásticas seja bem superior ao volume das embalagens de aço, em 2005 o consumo aparente das embalagens de plástico foi de 605 mil toneladas e em 2008 passou para 782 mil toneladas. Já as embalagens de vidro são responsáveis por cerca de 40% do consumo total deste material, em 2005 apresentou um consumo aparente de 939 mil toneladas e em 2008 passou para 1041 mil toneladas (IPEA, 2012).

A figura 6 apresenta a evolução da reciclagem do alumínio, papel e plástico entre o período de 2009 à 2010. Em 1992, o Brasil assumiu compromisso com a reciclagem na Conferência sobre o meio ambiente (Rio-92), dado que o reaproveitamento de materiais beneficiados minimiza os efeitos do desequilíbrio na oferta de recursos naturais e reduz e emissão de gases na atmosfera.

Figura 6: Índices de Reciclagem disponíveis para o Alumínio, Papel e Plástico (%)



Fonte: ABRELPE 2014, ABAL 2015, BRACELPA 2011, ABIPET 2010, ABIPLAST 2015, adaptado pela autora.

No Brasil, os três setores industriais alumínio, papel e plástico, possuem considerável participação nas atividades de reciclagem. A figura 6 demonstra, em geral, estabilidade nos índices de reciclagem no período analisado, 2009 a 2012. As latas de alumínio apresentam o maior índice de reciclagem, chegando a 97,9% em 2012.

O Brasil é o país que mais recicla alumínio no mundo, em 2014 o país reciclou 289,5 mil toneladas de latas de alumínio para bebidas, representando um crescimento de 12,5% em relação ao ano anterior. Com esses números o Brasil apresentou um novo recorde e mantém a liderança mundial, com índice de reciclagem de latas de alumínio para bebidas em 98,4%. Em 2014, o levantamento apontou que foram recicladas cerca de 22,9 bilhões de latas de alumínio, que corresponde a 62,7 milhões de latas por dia, ou 2,6 milhões a cada hora (ABAL, 2015).

A reciclagem apresenta muitos benefícios, seu papel ambiental refere-se à diminuição da taxa de extração dos recursos não renováveis da natureza, além de diminuir a quantidade de lixo destinada aos lixões, aterros e incineração, que emitem gases prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (ZAPPAROLI, 2009).

Em relação às latas de alumínio os impactos ambientais observados da sua reciclagem são muito positivos. A tabela 2 demonstra o impacto da reciclagem de alumínio na emissão de CO₂, consumo de energia elétrica, consumo de água, consumo de bauxita e a redução de CO₂.

Tabela 2: Redução de Impacto Ambiental em relação ao cenário sem reciclagem (%)

% ALUMÍNIO RECICLADO	EMISSÃO DE CO ₂	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	CONSUMO DE ÁGUA	CONSUMO DE BAUXITA	REDUÇÃO DE CO ₂ EQ
0%	100%	100%	100%	100%	100%
50%	-35%	-36%	-33%	-47%	-36%
98%	-70%	-71%	-65%	-93%	-71%

Fonte: ABAL, 2015.

Os resultados observados mostram que o aumento da reciclagem de alumínio, gera inúmeros benefícios ambientais quando comparados à lata fabricada apenas com alumínio primário. Ou seja, a reciclagem de alumínio faz com que haja redução dos impactos ambientais e permite que menos recursos naturais sejam utilizados e extraídos.

Já o papel socioeconômico da reciclagem é a geração de trabalho e de renda através da coleta de materiais obtidos de objetos descartados. Os empresários também podem obter benefícios de iniciativas ecológicas como a reciclagem, o reflorestamento e a produção de bens que não agridem o meio ambiente. Essas iniciativas podem agregar valor ao seu produto, reduzir investimento e também fazer com que a empresa obtenha incentivos fiscais e econômicos do governo (ZAPPAROLI, 2009).

Por entender os benefícios econômicos, ambientais e sociais, e importância de iniciativas ecológicas e de responsabilidade social, a Companhia cervejeira, localizada no bairro de Campo Grande-RJ, patrocina, desde 1993, a Recicloteca – Centro de Informações Sobre Reciclagem e Meio Ambiente, criada em 1991 pela ONG Ecomaparendi.

A Recicloteca faz trabalhos de conscientização ambiental, responsabilidade social e auxilia cooperativas e catadores de materiais recicláveis, além de difundir informações sobre as questões ambientais e reciclagem de resíduos (RECICLOTECA, 2016).

Diante do exposto a pesquisa será centrada no impacto que as ações de responsabilidade social empresarial da companhia cervejeira, através do patrocínio à Recicloteca, trazem para as cooperativas apoiadas e para a comunidade em que as cooperativas estão inseridas, e como essas ações podem contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável tendo como foco o Programa Reciclagem Solidária Cooperativas.

HIPÓTESES

- I. As ações de Responsabilidade Social Empresarial da companhia cervejeira, através do patrocínio de projetos da Recicloteca, podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento do território onde se localizam as cooperativas de reciclagem.
- II. O incentivo e apoio à reciclagem, cooperativas de reciclagem e catadores trazem de fato melhorias nas condições econômicas, sociais e ambientais dos catadores das cooperativas localizadas na Baixada Fluminense.
- III. As Organizações não Governamentais como a Recicloteca, são um meio de efetivação das ações de desenvolvimento territorial sustentável.
- IV. Como a empresa pode ou deve contribuir e integrar-se no processo de desenvolvimento do território em que está inserida, já que o governo e sociedade lhe concedem a liberdade de existir e a empresa influencia e é influenciada por ele.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar o Programa Reciclagem Solidária Cooperativas, do Centro de Informações sobre Reciclagem e Meio Ambiente – Recicloteca da ONG Ecomarapendi patrocinada por uma companhia cervejeira, localizada no bairro de Campo Grande -RJ, que auxiliou as cooperativas de reciclagem Coopar e Coopcar, localizadas nos municípios de Duque de Caxias e Mesquita, respectivamente, como contribuição para o desenvolvimento territorial e inclusão social da Baixada Fluminense, comunidade afetada por suas atividades e refletir sobre o papel da empresa no território.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Abordar o conceito de Responsabilidade Social Empresarial e sua contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável;
- b) Apresentar a ISO 26.000 de Princípios e Diretrizes para o alcance da gestão com Responsabilidade Social e as práticas e benefícios da adoção de RSE para as empresas.
- c) Apresentar a importância do Terceiro Setor e da Recicloteca no Desenvolvimento Sustentável do Território da Baixada Fluminense a partir das ações de Responsabilidades Social com as cooperativas reciclagem;

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir de pesquisa e análise bibliográfica e análise acerca dos temas de responsabilidade social empresarial, organizações não governamentais e desenvolvimento territorial, tendo em vista a análise do Programa Reciclagem Solidária Cooperativas da Recicloteca criado pela ONG Ecomarapendi e patrocinada pela AMBEV, com análise qualitativa dos dados obtidos. Realizou-se pesquisa de campo, com entrevistas na Recicloteca e com os cooperados das cooperativas parceiras que se localizam na Baixada Fluminense.

De acordo com Vergara (2007) a pesquisa bibliográfica é aquela realizada com base em material publicado em livros, jornais, revistas, sites na internet, ou seja, com material acessível ao público em geral. Ainda segundo a autora, a pesquisa de campo é a investigação empírica realizada no local onde são observados os fenômenos estudados.

Para Goldenberg (1997) a pesquisa qualitativa não está preocupada com a representatividade numérica e sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização buscando explicar o porquê das coisas indicando o que convém ser feito.

O quadro 1 apresenta o resumo da aplicação da metodologia que foi utilizada para a realização dos objetivos apresentados na dissertação.

Quadro 1: Resumo da Metodologia

Meios de Coleta	Critérios		
	Fonte	Período	Local de Destino
Pesquisa e Análise Bibliográfica	Livros, revistas, artigos, dissertações, teses e sites eletrônicos.	2016	Referencial Teórico e Bibliografia
Pesquisa de Campo	Entrevistas com os consultores da Recicloteca, os Cooperados e catadores das cooperativas	2016/2017	ONG Ecomarapendi, Recicloteca, cooperativas de reciclagem da baixada Fluminense.

Fonte: adaptado pelo autor com dados de Vergara (2007) e Goldenberg (1997).

As cooperativas de reciclagem entrevistadas foram a Coopcarmo, localizada no município de Mesquita-RJ e a Coopar, localizada no município de Duque de Caxias-RJ, ambas encontram-se na região da Baixada Fluminense. As entrevistas foram realizadas com os presidentes de cada cooperativa e com cooperados presentes que participaram do Programa, através de perguntas e questionários visando a obtenção de dados sobre a participação no Programa Reciclagem Solidária Cooperativas da Recicloteca, e sobre o atual relacionamento das cooperativas com a Recicloteca.

O presidente da Coopar Jorge Neves de Souza foi entrevistado e também 5 cooperados presentes e que participaram da cooperativa durante o Programa. Na Coopcarmo, a entrevista ocorreu com a voluntária Hada Rúbia e com a atual presidente Marilza Reis, além de uma cooperada que participou do Programa.

A entrevista na Recicloteca ocorreu com o consultor ambiental Eduardo, através de perguntas à respeito do Programa Reciclagem Solidária Cooperativas, objetivando obter informações sobre a participação das cooperativas no Programa, o atual contato da Recicloteca com as cooperativas e a relação da ONG com a companhia que a patrocina.

A companhia cervejeira foi contatada através do canal de comunicação da empresa, ligações e e-mails, porém sem sucesso, a empresa se propôs apenas a contribuir com os dados disponíveis em seu site e recusou ceder as entrevistas, o que impossibilitou a obtenção do ponto de vista e opinião da empresa.

O número de entrevistados foi restrito, pois, a maioria dos cooperados que participaram do programa já não faziam parte da cooperativa. E o número de cooperativas entrevistadas se deu pela dificuldade de contato com as cooperativas, muitas com números de telefones e e-mails desatualizados no cadastro da Recicloteca, outros pela dificuldade da concessão de entrevistas devido à violência dos locais onde se encontravam.

1. TRANSFORMAÇÕES EMPRESARIAIS NO CONTEXTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

O objetivo do Capítulo é apresentar as transformações ocorridas no ambiente empresarial, a partir da inserção das questões sociais e ambientais como parte da responsabilidade das empresas, além de sua responsabilidade econômica.

A ética empresarial como campo de estudos, está relacionada à evolução do sistema econômico e às mudanças ocorridas nas sociedades industriais no último século. As características e modo de produção do capitalismo levaram a questionamentos sobre a ética e meio ambiente (SACOMANO, 2010).

Segundo Tenório (2006) a abordagem da atuação social empresarial surgiu no início do século XX, período de transição de uma economia agrícola para a industrial, com o filantropismo, representado por doações efetuadas por empresários e pela criação de fundações. A ideologia econômica predominante era o liberalismo econômico de Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill, baseado no princípio da propriedade e iniciativa privada, no individualismo metodológico, no livre mercado e no Estado mínimo.

A visão clássica da Responsabilidade social empresarial incorporava os princípios liberais da propriedade e da iniciativa privada, com o Estado responsável pelas ações sociais, pela promoção da concorrência e pela proteção da propriedade. Já as empresas deveriam buscar a maximização do lucro, a geração de empregos e o pagamento de impostos. Ou seja, atuando dessa forma as empresas já estariam exercendo a sua função social (TENÓRIO, 2006).

O liberalismo econômico, entendido como teorias e práticas de política econômica respaldadas na *laissez-faire*³, era o *mainstream* no campo da Ciência Econômica até 1929. Os princípios liberais de equilíbrio e autossuficiência do mercado restringiam a ação do Estado na economia, ou seja, a vida econômica deveria afastar-se da influência estatal e os mecanismos de mercado não poderiam ser limitados por parte do Estado (FONSECA, 2010).

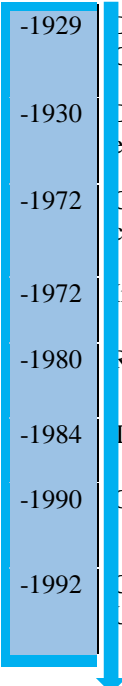
De acordo com Tenório (2006), o liberalismo não estimulava a prática de ações sociais pelas empresas, pelo contrário, até as condenava, pois entendia que a caridade não contribuía para o desenvolvimento da sociedade e nem era responsabilidade das empresas. Então, no

³ Sem intervenção do Estado na economia, o Estado era responsável apenas pela promoção do bem-estar da sociedade (FONSECA, 2010).

início do século XX, a responsabilidade social limitava-se apenas ao ato filantrópico com doações às fundações e posteriormente, com a pressão social, a ação filantrópica passou a ser promovida pela própria empresa. Até a década de 1950 a responsabilidade da empresa era vista apenas em sua dimensão estritamente econômica como a capacidade da geração de lucros, criação de empregos, pagamento de impostos e cumprimento das obrigações legais.

A linha do tempo visa apresentar fatores que favoreceram o surgimento das críticas e questionamentos ao caráter ético e social das empresas e intensificaram os debates acerca da responsabilidade social das organizações e o compromisso empresarial para com o desenvolvimento sustentável.

Figura 7: Surgimento das críticas e questionamentos ao caráter ético e social dos negócios empresariais.



-1929	Desilusão frente às promessas do liberalismo decorrente do crash da Bolsa de Nova Iorque e Grande Depressão.
-1930	Destaque para a doutrina econômica Keynesiana, que propunha intervenção estatal na vida econômica para superação da Grande Depressão.
-1972	Clube de Roma publica o relatório Limites do Crescimento, e fortalece os argumentos e críticas ao caráter ético e social dos negócios.
-1972	Intensificação no debate sobre a responsabilidade social das empresas.
-1980	Ressurgimento das políticas neoliberais
-1984	Teoria dos <i>Stakeholders</i> , desenvolvida por Freeman.
-1990	Globalização e financeirização da economia.
-1992	Consolidação do conceito de Responsabilidade Social Empresarial, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco 92.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados de KREITLON, 2004.

A depressão econômica, ocorrida em 1929 decorrente das práticas liberais, favoreceu o aparecimento do pensamento Keynesiano, que se estendeu até a década de 1970, caracterizado pela intervenção do Estado na economia e na busca do bem-estar social, e despertou questionamentos à tais práticas que levaram a sociedade a repensar o papel das empresas na sociedade, ampliando o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) (SACOMANO, 2010).

Com o esgotamento do modelo industrial e o desenvolvimento da sociedade pós-industrial, que passou a valorizar o ser humano, a qualidade de vida e o respeito à natureza, o conceito de RSE evoluiu passando a incorporar os anseios dos agentes sociais no plano de negócios das corporações (TENÓRIO, 2006).

É nesse ambiente que se torna possível o aparecimento de uma nova visão das organizações e a preocupação com a responsabilidade social surge no contexto das organizações. A nova visão é conhecida como Escola das Relações Humanas, popular entre as décadas de 1950 e 1960, na qual o pressuposto defendido é de que as organizações não poderiam ser as máquinas, como defendia a Escola Clássica (TACHIZAWA, 2002).

Contrapondo a Escola Clássica e a Escola das relações Humanas em meados de 1960, a abordagem da Teoria da Contingência afirmava que a estrutura e o comportamento de uma organização dependiam de diferentes variáveis situacionais (ambiente, tecnologia e tamanho da organização) (TACHIZAWA, 2002).

Na Teoria da Contingência, segundo Tachizawa (2002, p.43):

A teoria contingencial evidenciou ser atraente por uma série de razões. Inicialmente, mostrou ser adequada a um tempo de mudança tecnológica e de rápido crescimento e, em segundo lugar, era simples de entender e aplicar.

As organizações, porém, são bem mais complexas do que considera a Teoria da Contingência, é necessário compreender as organizações como sistemas sociais, com culturas próprias e permeadas por conflitos entre indivíduos e grupos, cada um na busca para o alcance de seus próprios objetivos (TACHIZAWA, 2002).

Até os anos 1960 a mentalidade predominante na prática da administração era de que as organizações precisavam preocupar-se apenas com a eficiência dos sistemas produtivos, refletindo a noção de mercados e recursos ilimitados. Tal noção revelou-se equivocada, pois o contexto de atuação das empresas tornou-se cada dia mais complexo e o processo decisório sofreu restrições mais severas. Um dos componentes importantes da mudança de pensamento foi o crescimento da consciência ecológica, na sociedade, no governo e nas empresas, que passaram a incorporar essa orientação em suas estratégias (DONAIRE, 1999).

Fica explícita a percepção de que as mudanças climáticas, a degradação da camada de ozônio, a redução da biodiversidade, entre outros fatores, contribuíam para a necessidade de

definição de novos padrões de industrialização e consumo. Dada a maior visibilidade de que os efeitos ambientais ultrapassam fronteiras e são globais e as descobertas científicas, o referencial social e ambiental dominante passou a ser contestado (TACHIZAWA, 2002).

Para o novo paradigma a inteligência é importante para as organizações, a capacidade de fazer uso inteligente da informação e criar ideias que acrescentem valor e aumentem a competitividade fazem com que a Gestão do Conhecimento ganhe visibilidade, já que a formação das vantagens competitivas se alicerça no conhecimento (ALVARENGA NETO, 2002).

A “Sociedade do Conhecimento” demonstra a relevância e importância da informação e do conhecimento para a sobrevivência e competitividade das organizações contemporâneas. Áreas voltadas para o gerenciamento das questões de proteção ao meio ambiente e de responsabilidade social ganham destaque (ALVARENGA NETO, 2002, p. 37).

O grande desafio das organizações é corresponder às demandas, melhorar a produtividade e melhor atender seus clientes e os ganhos de produtividade, para serem consistentes, devem dar-se de forma compatível com as questões ambientais e de responsabilidade social (TACHIZAWA, 2002).

A inviabilidade de manter políticas econômicas e um sistema de produção que causem danos ambientais irreversíveis, fica evidente com a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável na década de 1990, a partir da constatação de que os sistemas naturais do planeta são limitados para absorver os efeitos da produção e do consumo. Assim emerge a necessidade de que um sistema de produção e de modelos de gestão empresarial que respeitem a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento econômico do país (TACHIZAWA, 2002).

O entendimento tradicional à respeito da função social básica das empresas era o de geração de riquezas e remuneração dos acionistas, ou seja, maximização dos lucros e minimização dos custos. Aspectos sociais e políticos não eram consideradas variáveis relevantes ou significativas no processo de decisão do ambiente de negócios. No entanto, a grande mudança que vem ocorrendo no ambiente em que as empresas operam, faz com que a função da RSE se modifique e se amplie (OLIVEIRA; QUINTINELA; NOGUEIRA, 2011).

Uma parcela crescente da atenção das organizações tem se voltado para problemas que vão além das considerações meramente econômicas, envolvem preocupações mais amplas de caráter político-social, como proteção ao consumidor, controle da poluição, segurança e qualidade dos produtos, assistencial médica e social, defesa de grupos minoritários, fruto de mudanças legislativas (BUCHHOLZ 1989 *apud* DONAIRE, 1999).

No Brasil, o marco inicial das ações de conservação ambiental e incorporação dos temas nas atividades de diversos setores da sociedade, foi a publicação da Lei nº 6.938, em agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e a publicação de Lei de Crimes Ambientais - nº 9.605, em fevereiro de 1998, que definiu sanções penais e administrativas decorrente de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (MMA, 2009).

A origem da proteção do consumidor, no Brasil, se deu com a criação de uma legislação de proteção ao consumidor estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor, em 1990, pela Lei 8.078/90 (BRASIL, 1990).

A ampliação desse contexto traz como resultado uma proliferação de novas pressões por parte da sociedade, através de movimentos sociais de reivindicação, que mudam o ambiente em que a empresa atua criando novas diretrizes e limitando a atuação que leve em conta apenas a maximização do retorno financeiro (BUCHHOLZ 1989 *apud* DONAIRE, 1999).

Atualmente o desafio imposto às organizações diz respeito à condução do seu negócio através de uma postura mais ética e transparente com seus *stakeholders*, que são todos os públicos da empresa (OLIVEIRA; QUINTINELA; NOGUEIRA, 2011).

A visão moderna da empresa em relação a seu ambiente é bem mais complexa, pois a empresa é vista como uma instituição sociopolítica. Essa visão resulta de uma mudança de enfoque que está ocorrendo no pensamento da sociedade e mudando a sua ênfase do econômico para o social, valorizando aspectos sociais que incluem distribuição de renda mais justa, qualidade de vida, relacionamento humano, realização pessoal, entre outros (DONAIRE, 1999).

A base conceitual contemporânea da responsabilidade social empresarial, segundo Tenório (2006), está associada à valores requeridos pela sociedade pós-industrial. Ou seja, há entendimento de que as empresas estão inseridas em um ambiente complexo e que suas

atividades influenciam e impactam diversos agentes sociais, a comunidade e a sociedade. A orientação dos negócios visando atender apenas os acionistas já não é suficiente, sendo necessária a incorporação de objetivos sociais nos negócios para integrar as empresas à sociedade.

A intervenção dos diversos atores sociais, no contexto organizacional, exige uma nova postura por parte das organizações, calcada em valores éticos que promovam desenvolvimento sustentado da sociedade como um todo. Portanto, a RSE significa mudança de atitude, em uma perspectiva de gestão empresarial, com foco na qualidade das relações e na geração de valor à todos (OLIVEIRA; QUINTINELA; NOGUEIRA, 2011).

A sociedade tem preocupações ecológicas, de segurança, defesa a grupos minoritários, que não existiam de forma tão explícita, isso pressiona as organizações a incorporarem esses valores. A sociedade está mais atenta ao comportamento ético das empresas, e isso resulta em novas leis e regulamentos que tentam melhorar o padrão ético das empresas (DONAIRE, 1999).

A expansão das preocupações ecológicas, de segurança e defesa à grupos minoritários, fazem com que o número e influência de grupos de interesse pluralista na sociedade aumentem. Estes se formam para combater a poluição, a existência de cartéis, proteger o consumidor, as mulheres e minorias contra a discriminação, fruto dos direitos e princípios explicitados na Constituição Federal Brasileira, de 1988 (CHACHAM; CORRÊA, 2009).

A mudança do ponto de vista social e político no ambiente dos negócios e o resultado do seu impacto na administração das empresas têm mudado a forma de gerir, que passa a considerar a expectativa da sociedade na gerência das organizações (DONAIRE, 1999).

A responsabilidade social da empresa não é apenas a maximização de lucros, como propõe a microeconomia, mas também em atender aos interesses e necessidades de seus acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente. Ou seja, a empresa deve buscar diálogo com todas as partes afetadas por suas atividades e auxiliar o desenvolvimento social, dada a influência que exerce sobre a sociedade e o meio ambiente (QUELHAS, 2010).

Muitos participantes do mundo dos negócios não concordam com a visão de forte influência da ambiente político-social no desempenho das empresas, porém as empresas estão

sendo compelidas a assumir essas novas responsabilidades com tendência futura de ampliação de seu espectro (DONAIRE, 1999).

O ambiente das empresas apresenta mudanças significativas em decorrência das mudanças políticas e econômicas que estão ocorrendo em termos mundiais, combinadas com a exigência de qualidade e postura ética cada vez maior pelos consumidores (TACHIZAWA, 2002).

A introdução do cenário econômico globalizado, faz com que as empresas busquem diferenciais para manterem-se no mercado. A adoção da RSE constitui-se no diferencial em uma sociedade mais consciente e participativa com as questões de cunho social e ambiental (OLIVEIRA; QUINTELLA; NOGUEIRA, 2011).

Com a adoção da gestão ambiental e da responsabilidade social, um novo tipo de relacionamento surge entre a organização e seus fornecedores, clientes e demais instituições em seu ambiente de atuação. Segundo Tachizawa (2002, p. 68):

Esses relacionamentos deverão capacitar as organizações a desenvolver enfoques abrangentes para seus mercados, responder rapidamente às novas oportunidades, ter acesso interorganizacionalmente a clientes comuns, criar novos mercados, compartilhar informações, atuar de forma conjunta, expandir geograficamente em empreendimentos comuns, entre outras possibilidades. A ampliação das fronteiras da organização passa a ocorrer em função das: (a) questões ambientais e sociais; (b) parcerias e alianças estratégicas entre organizações; e (c) tecnologias da informação.

A preocupação com as questões ambientais e de responsabilidade social faz com que a organização dos novos tempos escolha fornecedores que atendam a seus requisitos éticos e que forneçam insumos produtivos que atendam a seus requisitos ambientais, predefinidos em sua política corporativa, ou seja, as fronteiras organizacionais tradicionais são ultrapassadas (TACHIZAWA, 2002).

A prática da responsabilidade social por parte das empresas, amplia o diálogo entre os diversos atores sociais e melhora o relacionamento da empresa com os públicos de interesse e contribui para avanços no desenvolvimento sustentável da sociedade, que gera preservação dos recursos naturais e redução das desigualdades sociais.

1.2 Conceito de Responsabilidade Social Empresarial

O conceito teórico de Responsabilidade Social Empresarial teve origem na década de 1950, com o aparecimento da literatura formal sobre Responsabilidade Social Corporativa nos Estados Unidos e na Europa. Naquela época, a preocupação dos pesquisadores era a excessiva autonomia dos negócios e poder destes na sociedade, sem ter a devida responsabilidade pelas consequências negativas de suas atividades, como a degradação ambiental, exploração do trabalho, concorrência desleal, abuso econômico (BORGHER, 2013).

Para compensar os impactos negativos gerados pela atuação da empresa, os empresários passaram a se envolver em atividades sociais para benefício da comunidade, fora o âmbito dos negócios das empresas, como uma obrigação moral (BORGHER, 2013).

Essa responsabilidade social das corporações, que considera mais que a produção de bens e serviços se intensificou a partir dos anos 1960 em resposta às mudanças ocorridas nos valores da sociedade, essas mudanças inclui a responsabilidade de ajudar a sociedade a resolver alguns dos seus problemas sociais, muitos dos quais as organizações ajudaram a criar (DONAIRE, 1999).

Diante da competitividade de um mundo globalizado e das cobranças da sociedade para que o setor privado atue na área social, as empresas têm buscado atuar com consciência social que refere-se à capacidade de uma organização em responder as expectativas e pressões da sociedade, para obter diferenciais competitivos que lhes permitam manter-se no mercado e agregar valor ao seu negócio, através da valorização de tal postura diante dos clientes (PEREIRA, 2007).

As organizações percebem, cada vez mais, que suas estratégias de negócios para ampliar mercados, conquistar clientes e obter resultados, não serão válidas se não considerarem que também dependem da execução dos processos pelos quais sua cadeia produtiva são compostos. Esses processos estão relacionados ao desempenho das pessoas na organização em um contexto de reponsabilidade social e de postura correta diante das questões ambientais (TACHIZAWA, 2002).

Em um país com alarmantes indicadores sociais, é inconcebível que as empresas não se sensibilizem com os quadros de miséria e privação existentes em seu entorno e não compreendam que, esses cenários constituem enormes riscos às possibilidades de realização de seus intentos estratégicos (FISCHER, 2002).

O contexto sinaliza, então, uma mudança no contexto empresarial, que segundo Tachizawa (2002) pode ser caracterizada como gestão de negócios de forma socialmente responsável e ecologicamente correta, apoiada em gestores responsáveis pelas atividades fins e atividades meios da organização. Já que o desenvolvimento e desempenho da organização dependem do bom relacionamento que mantem com a sociedade.

Para Tachizawa (2002), as organizações que tomam decisões estratégicas, integrando a questão ambiental e ecológica podem obter significativas vantagens competitivas, redução dos custos e incremento nos lucros a médio e longo prazos. A gestão ambiental e a responsabilidade social tornam-se então, instrumentos gerenciais importantes para a capacitação e criação de condições de competitividade para as organizações de todos os segmentos econômicos.

A responsabilidade social empresarial é definida pelo Instituto Ethos (2003) como:

A forma de gestão definida pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais.

A responsabilidade social empresarial deve ser caracterizada como um amplo conjunto de ações, envolvendo os *stakeholders* da empresa e indo além da preservação da imagem da organização na busca pela competitividade (CRUZ, 2009).

De acordo com Longenecker (1981 *apud* DONAIRE, 1999) a empresa deve reconhecer que sua responsabilidade para com a sociedade e com o público em geral vai muito além das responsabilidades com seus clientes.

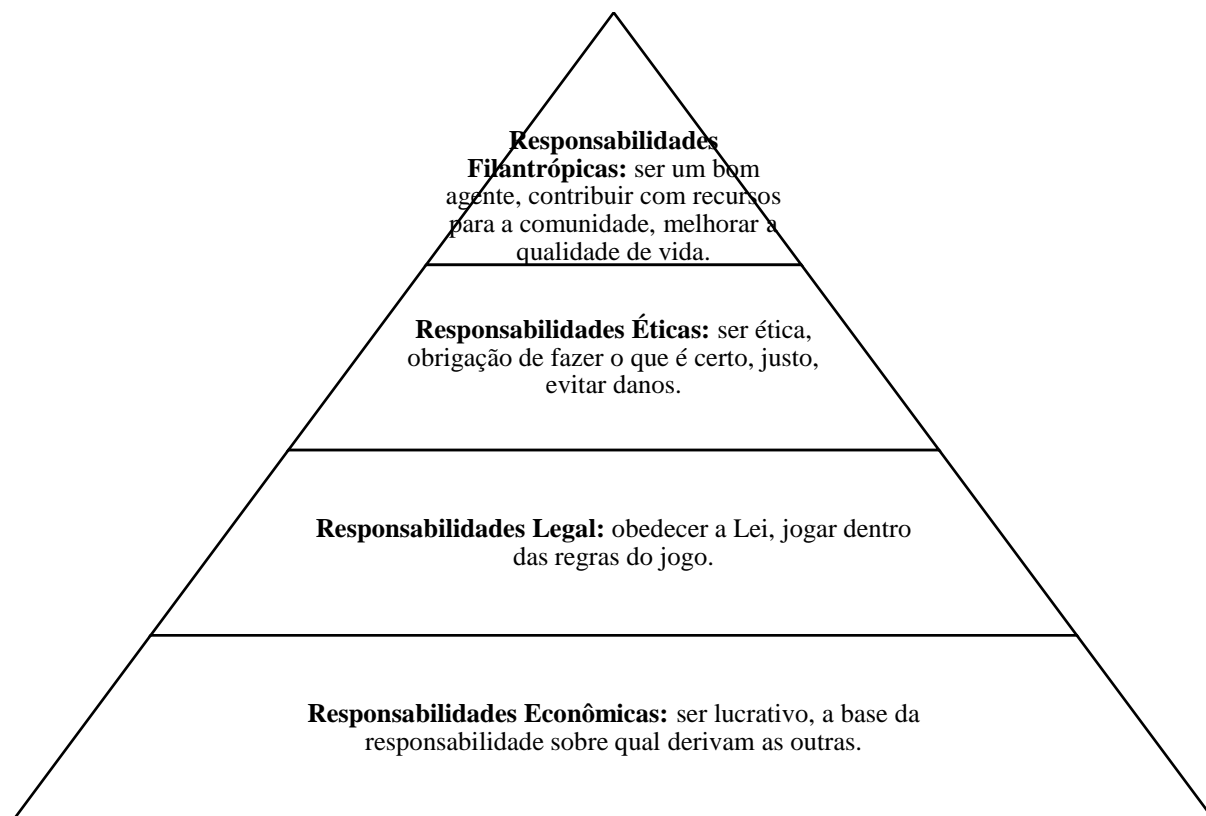
A responsabilidade social implica um sentido de obrigação para com a sociedade, essa responsabilidade assume várias formas, que incluem proteção ambiental, projetos filantrópicos e educacionais, planejamento da comunidade, equidade nas oportunidades de

emprego, serviços sociais em geral, em conformidade com o interesse público (DONAIRE, 1999).

Carroll (1979 apud BORGGER, 2001) desenvolveu a pirâmide da Responsabilidade Social Corporativa que integra a maioria dos argumentos do debate da RSE em um modelo único. As empresas devem incluir em seus negócios uma variedade de responsabilidades que estão além de gerar lucro e obedecer a lei.

A figura 8 apresenta a pirâmide com a estrutura de quatro dimensões e define responsabilidade social como responsabilidade econômica, responsabilidade legal, responsabilidade ética e responsabilidade filantrópica.

Figura 8: Pirâmide da Responsabilidade Social Empresarial



Fonte: CARROLL, 1991, *apud* BORGGER, 2001, adaptado pelo autor.

De acordo com Carroll (1979 apud BORGGER, 2001) a base da pirâmide revela a responsabilidade econômica da empresa, na perspectiva da organização como entidade lucrativa, ou seja, o primeiro objetivo básico de uma empresa deve ser gerar retorno econômico à organização e seu papel é o de produzir bens e serviços aos consumidores. A obtenção desse lucro deve ser legal, aí se encontra a responsabilidade legal da empresa, deve

estar ciente das leis e das suas aplicações em suas atividades. Além de obter o lucro de acordo com a lei, as empresas devem ter responsabilidade ética em seu comportamento e suas atitudes, o seu funcionamento deve levar em consideração as normas e valores éticos da sociedade.

No topo da pirâmide está a responsabilidade filantrópica que é o funcionamento da empresa consistente com as expectativas filantrópicas de seus *stakeholders*, constituídos por consumidores, funcionários, fornecedores e todas as partes interessadas da empresa, que esperam que a mesma apoie a cultura, educação e qualidade de vida da comunidade com recursos diversos.

A função social das organizações não se limita mais à geração de empregos e riqueza, as empresas influenciam o território em que se encontram e são influenciadas por ele. Dada a importância e influência que a empresa tem no território e sociedade, a questão passa a ser como a empresa pode ou deve contribuir e integrar-se no processo de desenvolvimento do território. Dado que a sociedade concede a liberdade da empresa existir, o território não é o entorno da empresa, mas a empresa faz parte da dinâmica sócio territorial (CALEGARO & CUEVAS, 2014).

Donaire (1999) considera a existência de um contrato social, no qual a empresa tem a liberdade de existir e trabalhar por um objetivo legítimo e o pagamento dessa liberdade é a contribuição da empresa com a sociedade. Os termos desse contrato não são permanentes, mudam com o tempo, atualmente os termos do contrato entre as organizações e a sociedade estão sofrendo mudanças importantes e substanciais. Os novos termos baseiam-se na visão de que as empresas com finalidade unicamente econômica acabam acarretando efeitos que representam custo social para a sociedade. Nesse sentido o crescimento econômico não está associado ao progresso social como se acreditava antigamente, mas o crescimento está ligado à deterioração física do ambiente, a condições insalubres de trabalho, exposição a substâncias tóxicas, discriminação de alguns grupos sociais, deterioração urbana e outros problemas sociais.

Então, os novos termos do contrato entre a sociedade e as organizações envolvem a redução dos custos sociais e a responsabilidade das empresas em contribuir com o desenvolvimento econômico e com a melhoria das condições sociais, pois a empresa possui interação mútua com o ambiente, ou seja, o ambiente externo influencia as decisões organizacionais (DONAIRE, 1999).

O debate sobre Responsabilidade Social Empresarial possui adeptos e adversários, os adversários acreditam no papel da empresa de acordo com a visão clássica da RSE, com influência dos princípios neoliberais, no qual o papel social da empresa é o de gerar lucros e empregos, pagar impostos e obedecer à Lei isentando a empresa de qualquer obrigação com ação social.

Os adeptos, segundo Donaire (1999), argumentam que uma organização só tem razão de existir se desempenhar um papel socialmente útil e que se o comprometimento do lucro com problemas sociais pode resultar lucro menor em curto prazo, porém, no longo prazo pode se transformar em condições mais favoráveis para que a empresa sobreviva. Segundo o autor, a existência de uma organização economicamente viável, em uma sociedade socialmente deteriorada é complexa.

Para muitos especialistas, não existe uma empresa socialmente responsável, mas práticas de responsabilidade social, uma vez que esta deve ser uma busca constante da organização em toda sua rede de relações (URSINI, SEKIGUCHI, 2005).

Segundo Tachizawa (2002), a empresa do futuro deve agir de forma responsável em seus relacionamentos externos e internos, pois as expectativas dos clientes, fornecedores, do pessoal interno e dos gestores mudam constante e crescentemente.

A Responsabilidade Social Empresarial pode ser então resumida no conceito de efetividade no alcance de seus objetivos de desenvolvimento econômico e social, ou seja, a organização é efetiva quando mantém uma postura socialmente responsável satisfazendo a sociedade ao atendimento de seus requisitos sociais e culturais (TACHIZAWA, 2002).

Ao adotar o conceito de RSE as empresas além da função econômica, exercem a função social e buscam incluir as demandas das partes interessadas, além da preservação do meio ambiente e dos recursos utilizados pela empresa, apresenta ganhos econômicos, ambientais e sociais, e pode contribuir com o desenvolvimento territorial.

1.3 Influência das Conferências das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente no Contexto Empresarial

1.3.1 As Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

No Pós-Segunda Guerra Mundial deu-se o início do período de acelerada expansão industrial focada no capital industrial e financeiro para a busca de desenvolvimento econômico. O cerne tem mudado, pois percebeu-se que a degradação ambiental gera desequilíbrios sociais e econômicos e que a questão ambiental é fundamental para a sustentabilidade. A crise ambiental, ocasionada pela degradação do meio ambiente leva à escassez de recursos naturais e isso tem levado as sociedades a repensarem seus padrões de produção e consumo.

O modelo de desenvolvimento, baseado na exploração intensiva dos recursos naturais e dependente do crescimento econômico não é sustentável, pois os recursos naturais são finitos. Torna-se necessária, então, a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a obtenção de qualidade de vida

A partir da década de 1960, principalmente nos anos de 1990 mudanças significativas no debate internacional sobre os problemas ambientais trataram a questão com foco no desenvolvimento sustentável. As nações passaram a se preocupar com as externalidades caudas ao planeta e com a qualidade de vida das atuais e futuras gerações. A preocupação global para com um desenvolvimento econômico e social é demonstrada pela abordagem da sustentabilidade nas agendas de ações públicas e privadas, e também da sociedade como um todo. As Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente realizadas nos anos de 1972, 1992, 2002 e 2012 são exemplo disso.

A linha do tempo visa apresentar as Conferências do Meio Ambiente da ONU e as principais publicações e acontecimentos no debate internacional que destacaram questões sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Figura 9: Linha do Tempo das Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente.

-1962	Publicação do livro Primavera Silenciosa de Rachel Carson, nos Estados Unidos, que denuncia malefícios dos agrotóxicos à saúde humana e à vida selvagem.
-1972	Clube de Roma publica o relatório Limites do Crescimento, que provoca controvérsia ao associar o crescimento econômico ao esgotamento dos recursos naturais.
-1972	ONU realiza a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia.
-1987	Publicação do Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum, populariza a expressão “Desenvolvimento Sustentável” e lança as bases para a Rio-92.
-1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento acontece na cidade do Rio de Janeiro, também conhecida como Eco-92 e Rio+20.
-2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+10 aprova em Joanesburgo, na África do Sul, plano para implementar os compromissos da Rio-92.
-2005	Adotado em dezembro de 1997, o Protocolo de Kyoto passa a vigorar, obrigando países industrializados a reduzir 5% das emissões de gases de efeito estufa, em relação aos níveis de 1990.
-2012	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, ocorre no Rio de Janeiro.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da ONU, 2012.

Até o início dos anos 1960, a forma mais frequente de tratar o desenvolvimento era como sinônimo de crescimento econômico, medido pelo Produto Interno Bruto *per capita*. A distinção de desenvolvimento e crescimento econômico não era necessária, pois as poucas nações consideradas desenvolvidas eram as que haviam se tornado ricas decorrente da industrialização e nos países que haviam permanecido pobres, o processo de industrialização era incipiente ou não havia sido iniciado (VEIGA, 2006).

O avanço do debate internacional acerca do sentido de desenvolvimento, ocorrido a partir da percepção do intenso crescimento econômico durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados, evidenciou a necessidade de distingui-los, já que o crescimento econômico não significou necessariamente, maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrido nos países desenvolvidos (VEIGA, 2006).

Em 1972, a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo na Suécia. O evento foi um marco e apresentou uma Declaração final com 19 princípios que representaram um Manifesto Ambiental que abordava como meta fundamental a necessidade de inspirar o mundo todo a preservar e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações (ONU, 1972).

A Assembleia Geral aproveitou a energia gerada pela Conferência e criou, em dezembro de 1972, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que coordena os trabalhos da ONU em relação ao meio ambiente global. Em 1987, a Comissão Brundtland publicou, então, um relatório inovador, “Nosso Futuro Comum”, que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público (ONU, 1987).

Segundo o “Nosso Futuro Comum” desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende as necessidades atuais sem comprometer a habilidade de atender as necessidades das futuras gerações⁴. E ressalta que um mundo com pobreza e desigualdade social é propenso a crises ecológicas, entre outras (ONU, 1987).

Para evitar o uso de desenvolvimento como sinônimo de crescimento da riqueza, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que considerava três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde como indicador de desenvolvimento para distinguir desenvolvimento de crescimento econômico (VEIGA, 2006, p. 18).

Para Sachs (2008) o desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, tem objetivos que vão além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas não suficiente e nem o objetivo, para o alcance da meta de uma vida melhor, feliz e mais completa para todos, ou seja, igualdade, equidade e solidariedade estão embutidas no conceito de desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento econômico leva em consideração a forma como o crescimento da produção nacional é distribuído social e setorialmente.

Em 1992 é realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – ECO 92, no Rio de Janeiro, conhecida como “Cúpula da Terra”. A

⁴ O conceito de desenvolvimento sustentável é questionado à medida em que os objetivos do sistema capitalista (produção e consumo dos recursos naturais de forma predatória visando apenas maiores lucros) impossibilitam a conciliação de uma prática ecologicamente viável. Isso torna-se cada vez mais evidente com as recorrentes crises econômico-financeiras e pela notória injustiça social e dizimação da biodiversidade natural e bruscas mudanças climáticas (VIZEU, MONEGHETTI, SEIFERT, 2012).

Conferência adotou a “Agenda 21”, um diagrama para a proteção do planeta terra e o seu desenvolvimento sustentável (ONU, 1992).

Desde a primeira conferência global sobre o meio ambiente realizada em Estocolmo (1972), as questões ambientais têm ganhado maior destaque no debate internacional e despertaram atenção para a crise ambiental, mas o ponto culminante do debate sobre desenvolvimento ocorreu vinte anos após a Conferência de Estocolmo, na Conferência Rio-92, que consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável e sua necessidade imperativa, e visava a superação do conflito aparente entre desenvolvimento e proteção ambiental (GUIMARAES, FONTOURA, 2012).

Também na ECO 92 foi consolidado o conceito de Responsabilidade Social Empresarial. A partir deste momento as empresas que pretendiam praticar a RSE deveriam alinhar seus objetivos estratégicos aos princípios de desenvolvimento sustentável considerando as dimensões econômica, ambiental e social e os interesses dos *stakeholders*, que são os consumidores, comunidade local, fornecedores, funcionários, entre outros (CARNEIRO, RODRIGUES, 2014).

Na Agenda 21, os governos delinearam um programa de ação com o objetivo de afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, do qual dependem o crescimento e desenvolvimento. Além das questões ambientais, a Agenda 21 também abordou a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; padrões de produção e consumo insustentáveis; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional. O programa de ação recomendou meios de fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos, dentre empresas e ONGs, para alcançar o desenvolvimento sustentável (ONU, 2012).

Em 2002 foi realizada em Johannesburgo na África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento sustentável, a Rio+10 com o objetivo de analisar os resultados alcançados e indicar o caminho a ser seguido. As metas relativas à erradicação da pobreza, à promoção da saúde, expansão dos serviços de água e saneamento, à defesa da biodiversidade e à destinação de resíduos tóxicos e não-tóxicos foram reafirmadas, bem como a necessidade de interação entre todos os atores sociais para a promoção do desenvolvimento sustentável (RIO+10, 2010).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no ano de 2012, no Rio de Janeiro, com objetivo de renovar o compromisso dos governos com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável, teve como resultado o documento final “O Futuro que Queremos” que definiu os objetivos para a busca desses compromissos (MELLO; TONI, 2013).

De acordo com o documento final “O Futuro que Queremos”, o maior desafio que o mundo enfrenta na atualidade é a erradicação da pobreza, que é indispensável para promover um desenvolvimento sustentável. O documento demonstra a necessidade de uma melhor integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais para desenvolvimento sustentável, ou seja, todas as dimensões são reconhecidas e necessárias para seu alcance. É necessário, então, promover crescimento econômico que seja equitativo, sustentável e inclusivo, com redução das desigualdades e criação de oportunidades para todos, que apresente melhora nas condições básicas de vida, com desenvolvimento social equitativo e integração com a gestão sustentável dos recursos naturais e ecossistema (MMA, 2012).

A Conferência Rio+20 mostrou que o papel de destaque na promoção do desenvolvimento sustentável e do cumprimento da agenda de sustentabilidade, cabe ao Estado, o setor privado e a sociedade civil.

Segundo Young (2012), com a percepção do papel relevante das empresas na busca do desenvolvimento sustentável e do impacto que aspectos sociais e ambientais causam nos negócios, as empresas deixaram de considerar apenas resultados financeiros em seu modelo de gestão.

Ou seja, na busca pela sustentabilidade além de considerar os aspectos econômicos de maximização de lucros e da capacidade produtiva, a empresa deve assumir compromissos sociais e ambientais, que antes não eram considerados no processo de tomada de decisão. Os setores público e privado precisam criar uma relação de sinergia para o alcance das metas da sustentabilidade, através de políticas ambientais, fiscais e financeiras que incentivem e contribuam (YOUNG, 2012).

A importância do setor privado para o desenvolvimento sustentável através da responsabilidade social fica evidente no documento “O Futuro que Queremos”, no seguinte trecho:

Apoiamos a operacionalização de estruturas nacionais, especialmente na área regulamentar que permitam ao comércio e à indústria adotar iniciativas em matéria de desenvolvimento sustentável, tendo em conta a importância da responsabilidade social. Fazemos um apelo para que o setor privado se engaje em práticas empresariais responsáveis, tais como as promovidas pelo Pacto Global da ONU. (RIO+20, 2012).

A relação entre setor privado e meio ambiente no Brasil apresenta mais conflitos que sinergias em seu histórico, criando a visão de que crescimento econômico e preservação ambiental são antagônicos. O modelo de produção da economia brasileira, intensivo em recursos naturais, afeta a dimensão ambiental e a dimensão social. A dimensão ambiental com a poluição e degradação, e na dimensão social gerando desigualdade de distribuição dos recursos e afetando o bem-estar social e qualidade de vida das comunidades afetadas pela poluição (YOUNG, 2012).

O agravamento de problemas sociais e ambientais valoriza uma nova estrutura empresarial, que não está focada apenas na obtenção de lucros, mas também com o meio ambiente e sociedade (SOUZA, COSTA, 2012).

Os consumidores também estão mais exigentes em relação aos impactos ambientais de bens e serviços adquiridos, demandando certificação ambiental e empresas que incorporem critérios de sustentabilidade em suas políticas de compra. Então, empresas que apresentam maior comprometimento com as questões ambientais e sociais possuem desempenho superior. O setor privado passou então, a perceber que o comportamento ambientalmente adequado pode trazer maiores lucros e não o contrário (YOUNG, 2012).

A maior visibilidade com as questões ambientais faz com que as empresas busquem práticas e meios de produção mais sustentáveis e limpos, visando a busca da sustentabilidade e da redução das externalidades negativas de suas atividades ao meio ambiente, através da reciclagem de materiais de sua linha de produção, descarte adequado de seus resíduos, integração com a população local para a conscientização, entre outras ações.

1.3.2 Influência do Meio Ambiente no Contexto Empresarial

As Conferências da ONU sobre o meio ambiente influenciaram o ambiente empresarial, evidenciando a urgência na busca pelo desenvolvimento sustentável e o papel e a importância da participação do setor privado para seu alcance.

O debate sobre a interação entre questões econômicas, sociais e ambientais fica evidenciado no interior das empresas, uma vez que o meio ambiente ganha destaque mundial e a atividade financeira da empresa passa a depender também, de sua responsabilidade social e ambiental (PARENTE; ZAPATA, 2012).

Como o ambiente dos negócios é afetado por diversas variáveis, a variável ecológica ganha destaque significativo em face de sua relevância para a qualidade de vida da população e leva as organizações à conciliarem as esferas econômica e ambiental (DONAIRE, 1999).

A nova consciência ambiental, que surgiu no bojo das transformações culturais que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, ganhou dimensão e a proteção ambiental passou a ser considerada pelas empresas líderes, não como custos, mas como investimento e vantagem competitiva (TACHIZAWA, 2002).

Nos anos 1990 e na primeira da década de 2000, a preservação do meio ambiente tornou-se um dos fatores de maior influência com grande rapidez de penetração no mercado. Então as empresas começaram a apresentar soluções para alcançar o desenvolvimento sustentável e aumentar a lucratividade de seus negócios simultaneamente (TACHIZAWA, 2002, p. 26).

O desgaste do modelo de crescimento econômico com uso intensivo de recursos naturais revela também, que o desenvolvimento está associado a preocupações sociais e ambientais. Espera-se que seja econômico, sustentável, autossustentado, local, territorial, entre outros (CALEGARO, CUEVAS, 2014).

A universalização dos problemas ambientais, a globalização da economia, a ação organizada de grupos ambientais, a cobrança dos consumidores e os programas de selo verde pressionou as empresas a incorporarem a atuação social e ambiental em suas estratégias (BATTAGELLO, 2013).

A função social das organizações não se limita apenas a geração de riqueza e de empregos, é preciso levar em consideração o meio ambiente e as expectativas das partes interessadas (*stakeholders*). Como as organizações influenciam os territórios a problemática passa a ser como este ator social pode e deve contribuir e integrar-se ao processo de desenvolvimento do território em que se encontra (CALEGARO, CUEVAS, 2014).

O meio ambiente e a preservação ambiental se inseriram com maior intensidade no contexto empresarial a partir da maior visibilidade das questões ambientais e sociais, a partir das Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente. As empresas buscaram, então, adotar uma postura mais consciente e responsável com os problemas ambientais e sociais, através da gestão com responsabilidade social.

1.3.3 Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Social Empresarial

A abordagem das Conferências do Meio Ambiente e do conceito de Responsabilidade Social Empresarial, suscita a questão do desenvolvimento e da sustentabilidade, conceitos amplos que provocam muitas discussões.

Segundo Borger (2013) a ideia de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável teve início, em grande parte, com a preocupação ambiental, que envolveu as dimensões econômica e social, e a partir dos anos 1990 incluiu a Responsabilidade Social Empresarial.

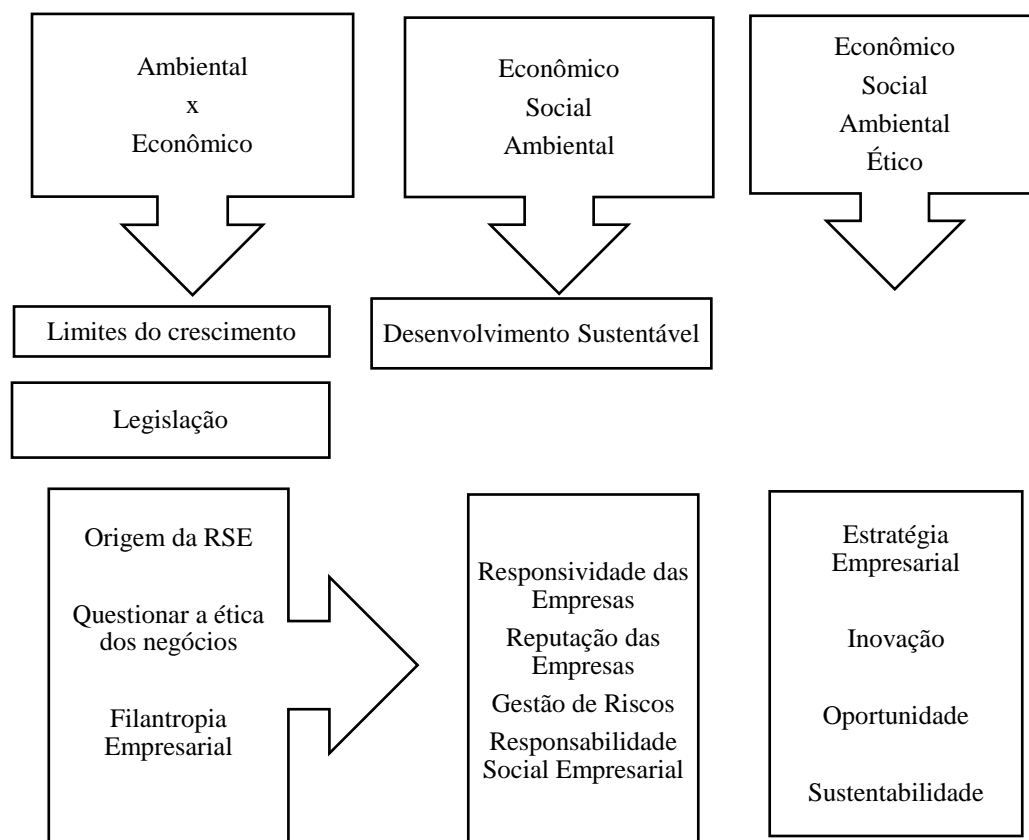
Para Sachs (2008) o desenvolvimento sustentável caracteriza-se pela integração das dimensões humana e ecológica, visando dignificar todos os seres humanos através da erradicação da pobreza e da realização de seus direitos fundamentais.

Sachs (2008, p. 15) definiu cinco dimensões da sustentabilidade: social, ambiental, territorial, econômica e política.

- a) Social: fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do planeta;
- b) Ambiental: com as duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- c) Territorial: relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d) Econômica: sendo a viabilidade econômica a condição *sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e) Política: a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença.

Segundo Borger (2013), o conceito de desenvolvimento sustentável, está totalmente integrado ao conceito de responsabilidade social, pois não haverá crescimento econômico no longo prazo, sem progresso social e sem cuidado ambiental. Todos os lados devem ser considerados e tratados com pesos iguais já que estão inter-relacionados. Da mesma maneira que o crescimento econômico não se sustenta sem uma equivalência social e ambiental, os programas sociais e ambientais das empresas não se sustentarão sem o equilíbrio econômico da empresa. A figura 10 apresenta a evolução de conceitos de Responsabilidade Social Empresarial e Sustentabilidade.

Figura 10: Evolução de conceitos de RSE e Sustentabilidade



Fonte: BORGER 2013, adaptada pela autora.

De acordo com a figura 10, a evolução do conceito de sustentabilidade se deu a partir da preocupação dos limites do crescimento econômico em relação às questões ambientais, o conceito de desenvolvimento sustentável considera três esferas para o seu alcance:

econômico, social e ambiental. A evolução do conceito de responsabilidade social teve sua origem nas questões éticas que envolvem a relação entre empresas e a sociedade e na filantropia empresarial. Os pesquisadores se preocupavam com os impactos negativos da atuação das empresas, para compensá-los os empresários se envolveram em atividades sociais em benefício da comunidade (BORGER, 2013).

O desenvolvimento sustentável considera múltiplas dimensões e diante dos diversos problemas ambientais e desigualdades social que afligem o Brasil, as empresas podem auxiliar e contribuir com o processo de alcance do desenvolvimento sustentável através de sua atuação social e ambiental.

1.4 Teoria do Acionista, Teoria dos Stakeholders e Teoria Contratualista

A seguir serão apresentados os enfoques teóricos da Responsabilidade Social Empresarial, a Teoria do Acionista, dos *Stakeholders* e a Contratualista, abordagens distintas na adoção do conceito da RSE.

1.4.1 Teoria do Acionista

A Teoria do Acionista teve o economista Milton Friedman como precursor, afirma que a responsabilidade social da empresa é gerar lucros dentro da lei. Se a empresa gera lucro legalmente está produzindo bens ou serviços socialmente importantes e, conseqüentemente poderá remunerar os fatores de produção (capital e trabalho), gerando renda para a sociedade e impostos para os governos. É o governo que deve aplicar os recursos para resolução dos problemas sociais (PEREIRA, 2015).

Segundo Friedman (1970 *apud* Pereira, 2015), os dirigentes e acionistas que quiserem contribuir para a resolução dos problemas sociais devem utilizar recursos próprios e não os da empresa. A função dos dirigentes é apenas maximizar o lucro empresarial, pois possuem apenas responsabilidades legais, desse modo qualquer doação ou contribuição para outras finalidades que não gerar mais dinheiro, constituem uso impróprio dos recursos da empresa.

Na visão da Teoria do Acionista, sob forte viés do liberalismo econômico⁵, cada dirigente e indivíduo buscando seu próprio interesse estaria beneficiando à todos, como exemplo os dirigentes buscando seus interesses podem trazer benefícios com aumentos de salário, mas sempre buscando benefício próprio (CARMO JÚNIOR, 2013).

Pereira (2015) destaca que Friedman admitia a concessão de recursos para atividades em benefício de outros que não os proprietários, porém só era justificada pelo interesse destes.

A Teoria do Acionista defende, então, que nem a empresa e seus acionistas têm obrigações com as questões sociais a não ser gerar empregos, pagar impostos e estar de acordo com a lei. Para a teoria os benefícios para a sociedade são gerados no exercício das atividades da empresa na busca de seus próprios interesses, defendendo o liberalismo econômico. A função de beneficiar e atender às demandas sociais eram papel do Estado e não do setor privado.

Uma maneira de contestar essa teoria, que defende que cada um buscando o melhor para si resultaria no melhor para todos, seriam as crises sofridas pelo sistema capitalista. A visão da responsabilidade social da empresa centrada apenas na função econômica já não é mais suficiente, a preservação do meio ambiente e valorização do ser humano e da qualidade de vida é necessária (PEREIRA, 2015).

A Teoria do Acionista se contrapõe a Teoria dos *Stakeholders* à medida que considera que as ações individuais geram benefícios para toda a sociedade e afirma que as empresas não possuem obrigações ou benefícios sociais além daqueles gerados por suas atividades, como por exemplo, empregos. Já a Teoria dos *Stakeholders* considera todas as partes interessadas e afetadas pelas atividades da empresa.

1.4.2 Teoria dos Stakeholders

Diante do início do debate para a ampliação das partes interessadas nas organizações, as empresas são pressionadas pelos investidores a incluir nas suas tomadas de decisões duas

⁵ O liberalismo econômico é uma ideologia econômica baseada no princípio de propriedade e iniciativa privada e tem como principais características o individualismo metodológico, livre mercado e Estado Mínimo (TENÓRIO, 2006).

variáveis: impactos sociais e ambientais, destacando-se a variável social, surge então a Teoria do *Stakeholders*, desenvolvida por Freeman (CARNEIRO, RODRIGUES, 2014).

A teoria dos *Stakeholders* tem como objetivo auxiliar a definição de quais são os públicos prioritários da empresa, que devem ser considerados em uma possível tomada de decisão. Freeman (1984 apud SILVEIRA *et.al.*, 2005), definiu o termo *stakeholder* como qualquer grupo ou indivíduo que afeta ou é afetado pela atuação das empresas.

A abordagem dos *stakeholders* incorpora a noção de que as organizações possuem uma obrigação com os grupos que constituem a sociedade, além dos acionistas e funcionários e procura definir a responsabilidade social empresarial amplamente em relação aos grupos de interesses da empresa (BORGER, 2001).

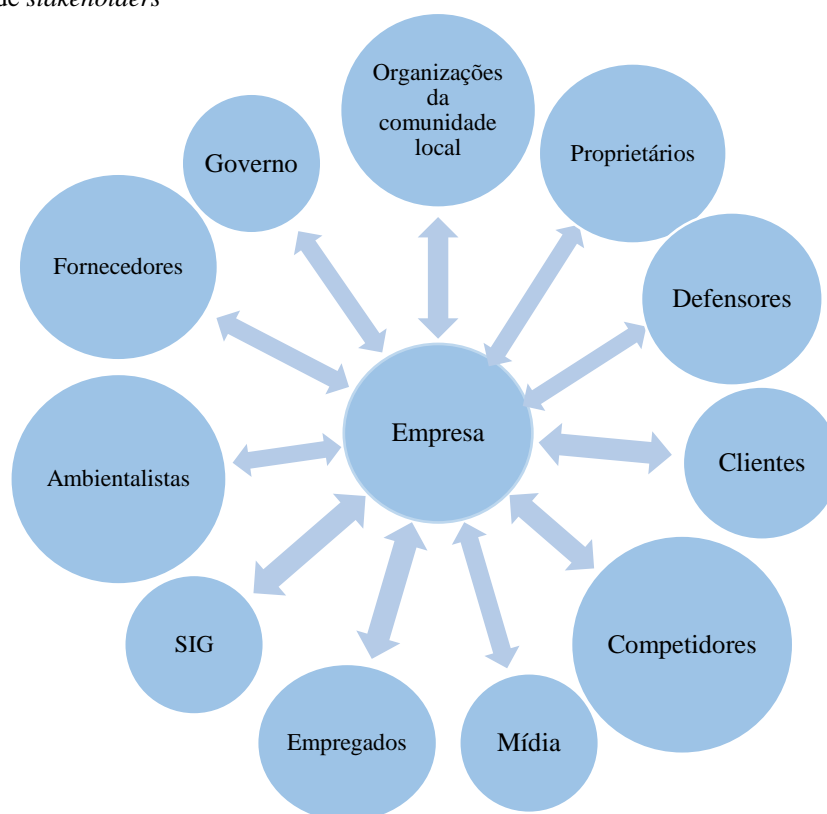
O conceito de *stakeholder* destaca o fato de que a atividade empresarial não é somente uma transação de mercado, mas uma rede de relações cooperativas e competitivas de um grande número de pessoas organizadas de várias maneiras. *Stakeholders* são os grupos com demandas variadas que participam das ações das empresas, e podem afetar e serem afetados pelas atividades de uma organização, de maneira positiva ou negativa (BORGER, 2001).

Segundo Borger (2001) os defensores da visão clássica da responsabilidade social empresarial têm consciência da importância dos empregados, clientes consumidores e público em geral, para a operação da empresa. Porém, negam a ideia de que as empresas são moralmente obrigadas a agir ou deixar de agir porque os impactos de suas ações afetam esses grupos.

Segundo Boaventura *et. al.* (2008) diversos estudos de sua pesquisa em empresas brasileiras, apontam argumentos favoráveis à teoria dos *stakeholders*, afirmando que com esta teoria a organização possui uma postura administrativa mais estratégica favorecendo a geração de inúmeros benefícios para a empresa.

A figura 11 ilustra os diversos *stakeholders* (partes interessadas) que uma empresa pode ter. São os fornecedores, governo, organizações da comunidade local, ambientalistas, empregados, ou seja, todas as pessoas e instituições que afetam e podem ser afetadas pelas atividades da empresa, pois a empresa faz parte do contexto social em que está inserida e pode influenciá-lo.

Figura 11: Rede de *stakeholders*



Fonte: BORGER, 2001.

Como já explicitado, na abordagem dos *stakeholders* a empresa deve considerar a sociedade, o governo, clientes, fornecedores, público interno, meio ambiente e todos os grupos que podem estar ligados direta ou indiretamente ao cotidiano de uma empresa (CRUZ, 2009).

Segundo a teoria, qualquer pessoa ou grupo que afeta ou é afetada pela empresa possui interesses legítimos sobre ela, porém em um mundo globalizado não há limite para o

surgimento de novas partes interessadas. A empresa não escolhe as partes interessadas, são as pessoas ou grupos que manifestam seu interesse na empresa, ou seja, a princípio qualquer pessoa ou grupo é parte interessada da empresa mesmo que não seja seu cliente, funcionário e não resida em sua área de influência (PEREIRA, 2015).

De acordo com Pereira (2015), diante do contínuo número de stakeholders há dificuldade na conciliação de todos os interesses. Porém, mesmo com as dificuldades, a teoria dos stakeholders apresenta influência notória e sua potência reside no fato de considerar as empresas como redes de relacionamentos complexos, diversificados e inter-relacionados, que é compatível com o mundo globalizado de múltiplas dimensões.

Considerando os interesses de todos os grupos de atores sociais em interação com a empresa, esta teoria rompe com o modelo do capitalismo gerencial e sua concentração, quase que exclusiva, nos interesses dos acionistas e viabiliza a discussão a respeito da democratização das relações entre a sociedade e as empresas (KREITLON, 2004).

As dificuldades no atendimento de todas as partes interessadas, fez evoluir a Teoria do Contrato Social aplicada à Responsabilidade Social Empresarial para contribuir com a gestão dos interesses dos *stakeholders*.

1.4.3 Teoria Contratualista

A Teoria Contratualista Clássica tem como precursores Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau e John Rawls, entretanto sua aplicação à RSE é recente. A ideia central dessa teoria está apoiada no fato de que os seres humanos, atuando com racionalidade, concordam com os termos de um contrato específico conferindo-lhe autoridade normativa (TÖPKE, TAVARES, 2015).

A concordância dos termos desse contrato deriva do fato de que os termos acordados são benéficos para todos desde que todos o cumpram, logo todos devem cumprir o trato. Daí a importância de haver um mecanismo que garanta o cumprimento por todas as partes, sendo esse um dos aspectos problemáticos da teoria (PEREIRA, 2015).

O ponto central para a justificação da Teoria Contratualista é o consensualismo, que só possui validade se for obtido com liberdade e de maneira informada, saber se foi exercido de

forma livre e informada é outro problema dessa teoria. Uma proposta denominada teoria integradora dos contratos sociais identifica dois níveis de consentimento: um mais elevado, realizado por meio de um contrato macrossocial hipotético que estabelece regras para os contratos microssociais aplicáveis à comunidades mais específicas. A ligação entre esses dois níveis são as hipernormas que são os acordos de termos globais, como as convenções sobre meio ambiente, combate à corrupção, princípios fundamentais que regem a existência humana. As hipernormas devem servir como base na elaboração das macronormas e estas devem ser base na criação das micronormas (PEREIRA, 2015).

A teoria contratual auxilia na resolução dos problemas da teoria do stakeholders, através da identificação de contratos sociais implícitos que podem prover princípios normativos para gerir os *stakeholders* e seus interesses (PEREIRA, 2015).

Independente da abordagem adotada, o crescente peso das empresas na arena sociopolítica e econômica, assim como as cobranças e expectativas da sociedade em relação às organizações privadas é inegável. “O movimento da responsabilidade social empresarial é, acima de tudo, uma resposta à reordenação do poder entre os agentes sociais – Estado, sociedade e empresas ” (CALEGARO, CUEVAS, 2014, p. 8).

As organizações podem aderir à uma teoria ou adotar as três para a prática da gestão com responsabilidade social, dado que as teorias se complementam e são instrumentos importantes para a adoção da RSE e devem se adequar à necessidade de cada organização e suas partes interessadas.

2. A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: BENEFÍCIOS E PRÁTICAS.

As práticas de Responsabilidade Social Empresarial apresentam diversos benefícios às empresas que as adotam. Além de indispensáveis para a sustentabilidade empresarial, tais práticas apresentam vantagens competitivas.

Organizações e suas partes interessadas, estão cada vez mais cientes da necessidade e benefícios do comportamento socialmente responsável. O desempenho da organização em relação à sociedade em que opera e seu impacto no meio ambiente se tornou parte crucial para a organização continuar a operar de forma eficaz, já que há necessidade de assegurar ecossistemas saudáveis, igualdade social e boa governança organizacional (ISO; ABNT, 2010).

Isso faz com que o interesse e investimento do empresariado brasileiro na área social aumente. Discutem-se então, temas sobre o gerenciamento social, implementação de projetos sociais comunitários, o empresário ético e a responsabilidade social (RICO, 2004).

Segundo Tenório (2006), o movimento de interesse empresarial em desenvolver atividades sociais se intensificou, no Brasil, a partir da década de 1990, com o surgimento de diversas organizações não governamentais e desenvolvimento do terceiro setor. Foram criadas Instituições como a Fundação Abrinq, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o Instituto Ethos de Responsabilidade Social e a Rede de Informação do Terceiro Setor (RITS), com o objetivo de enfatizar a importância das ações sociais para as empresas e sociedade.

Diversos elementos podem motivar as empresas a atuarem de forma socialmente responsável, a pressões externas referentes às legislações ambientais, movimentos e exigências dos consumidores, sindicatos trabalhistas, reivindicações das comunidades afetadas pelas atividades industriais e a globalização através dos mecanismos internacionais de comércio e meio ambiente (TENÓRIO, 2006).

O fato das empresas adotarem projetos de Responsabilidade Social, também pode ser atribuído à obtenção de vantagens competitivas, já que os consumidores passam a valorizar a ética e a participação das empresas na comunidade em que estão inseridas. Projetos que contemplem classes menos favorecidas podem fazer parte de uma estratégia de sobrevivência

no longo prazo, através do desenvolvimento e evolução do mercado consumidor a partir do aumento de poder aquisitivo (COUTINHO *et. al.*, 2011).

Através de investimentos em RSE as empresas obtêm ganhos de reputação, maior número de consumidores e melhor imagem perante a sociedade, gerando assim maior rentabilidade. Além desses benefícios, as empresas recebem como incentivo às práticas de RSE dedução de impostos, esse mecanismo faz com que o governo obtenha parceiros para a realização e ampliação de ações destinadas à sociedade (BERNARDO, 2010).

Os incentivos fiscais estão previstos na Constituição Federal de 1988, e são destinados à promoção do desenvolvimento social e econômico das diferentes regiões do País. Com o objetivo de promover o desenvolvimento da comunidade local, as empresas obtêm, por período determinado, redução ou isenção da carga tributária (TENÓRIO, 2006).

Empresas que incentivam ações que acrescentam valor a seus funcionários e comunidade, preserva o meio ambiente e mantêm uma relação de comunicação estreita com seus *stakeholders*, obtêm vantagens competitivas. Ao auxiliar o desenvolvimento da comunidade em que se inserem através dos benefícios oferecidos, garantem sua sobrevivência, pois a melhoria na qualidade de vida da população pode influenciar positivamente a empresa (COUTINHO *et. al.*, 2011).

Para determinadas organizações, a RSE é motivada por questões de princípios e seus valores estão inseridos na cultura da empresa. Então investimentos na questão social, além de desenvolver programas que visem beneficiar os colaboradores e a comunidade em que estão inseridos, significam gerar desenvolvimento em diversos setores, valorização dos funcionários e imagem da empresa, que contribui para as metas de longo prazo (COUTINHO *et. al.*, 2011).

A adoção da responsabilidade social pode influenciar os seguintes fatores na organização: vantagem competitiva; reputação; capacidade de atrair e manter trabalhadores, sócios, acionistas e clientes; sua relação com empresas, governos, mídia e fornecedores; e a comunidade em que opera (ISO; ABNT, 2010).

Os benefícios advindos das práticas de RSE são excelentes para a empresas. Porém Buhler (2011) questiona a efetividade da resolução dos problemas no âmbito social e ambiental, dado que as ações sociais por parte do mercado são incrementais e periféricas.

Nesse sentido é necessário repensar as práticas de RSE de maneira que as ações sejam efetivamente benéficas também para o meio ambiente e sociedade.

A Responsabilidade Social envolve muito mais que filantropia, são necessárias ações voltadas para a identificação e entendimento de características e aspectos sociais que envolvem determinada comunidade e ambiente, para o alcance de melhorias a longo prazo (OLIVEIRA; QUINTINELA, 2011).

A incorporação de RSE pela empresa, requer a observância aos princípios éticos, obediência às leis, informações com transparência, atenção para a boa reputação empresarial e imagem, conhecimento e minimização dos riscos, visão de longo prazo e adoção de estratégias voltadas para as questões inerentes a RSE (VEIGA; FRANÇA, 2015).

Integrar a gestão socialmente responsável ao modelo de negócio da empresa é, portanto, promover a transição de um modelo tradicional de negócio, abandonando a antiga orientação voltada única e exclusivamente para a maximização do lucro, para um novo modelo de gestão que demanda das organizações a visão e controle de seu próprio negócio e de todo o ambiente influenciado por ele (LOPES, 2015).

As práticas de RSE devem então, gerar benefícios para as empresas que adotam tais práticas, para a sociedade e meio ambiente em que a empresa se insere, através de programas efetivos no auxílio à preservação do meio ambiente e uso sustentável e responsável dos recursos naturais, assim como programas que auxiliem a melhoria nas condições de vida e bem-estar da sociedade.

2.1 Princípios e Diretrizes para o Alcance da Gestão com Responsabilidade Social: ISO 26000

A RSE é tema permanente na agenda das organizações, princípios e valores relacionados aos aspectos sociais e ambientais fazem parte da gestão das empresas, que buscam, cada vez mais, introduzi-los em suas estratégias de negócios (SMITH, 2013).

O exercício da Responsabilidade Social deve ser inerente à noção de sustentabilidade e desenvolvimento, de maneira a conciliar as esferas econômica, social e ambiental nas atividades de uma empresa (BORGER, 2013).

No entanto, devido à pluralidade de princípios há dificuldade em incorporá-los de maneira que os resultados sejam perceptíveis nas práticas cotidianas da organização. É preciso esclarecer quais os princípios básicos para que a organização gerencie sua responsabilidade social, como os princípios e valores devem estar alinhados à cultura organizacional de cada empresa, um denominador comum deve estar presente na base de formulação (SMITH, 2013).

Um dos instrumentos que orientam as organizações na gestão e conduta dos negócios com responsabilidade social é a Norma ABNT ISO⁶ 26000-Diretrizes sobre Responsabilidade Social-, publicada dia 1º de novembro de 2010 em Genebra, Suíça. No Brasil, foi lançada no dia 8 de dezembro de 2010, a versão em português ABNT NBR ISO 26000, em São Paulo pela (INMETRO, 2015).

A ISO 26000 fornece orientações sobre os princípios subjacentes à responsabilidade social, identifica a responsabilidade social, o engajamento das partes interessadas, temas centrais, conceitos e questões propícias para integrar o comportamento socialmente responsável na organização (ISO; ABNT, 2010).

A Norma propõe sete princípios que buscam sintetizar as orientações básicas de gestão e conduta com responsabilidade social, são os seguintes: *accountability*, transparência, comportamento ético, respeito aos interesses dos *stakeholders* (das partes interessadas), respeito pelo estado de direito, respeito às normas internacionais e princípio é respeito pelos direitos humanos (SMITH, 2013).

O quadro 2 apresenta os sete princípios da ISO 26000 e demonstra como inseri-los na prática empresarial a fim de que as empresas alcancem a gestão com responsabilidade social.

⁶ ISO é a Organização Internacional de Normalização, com sede em Genebra, na Suíça. Foi criada em 1946 e tem como objetivo criar normas que facilitem o comércio e promovam boas práticas de gestão e o avanço tecnológico, além de disseminar conhecimentos (INMETRO, 2015).

Quadro 2: Sete princípios da ABNT NBR ISO 26000

Princípios	O que é
Accountability (Responsabilidade)	Prestar contas e se responsabilizar por seus impactos na sociedade, economia e meio ambiente, principalmente aqueles com consequências negativas significativas. Implica que as organizações aceitem ser investigadas em conformidade com a leis e respondam pelos resultados da investigação.
Transparência	Ser transparente, comunicar as partes interessadas sobre as decisões e atividades que impactam a sociedade e o meio ambiente. Essas informações devem ser facilmente acessadas e oferecidas em prazos adequados para que consequências danosas ao meio ambiente e sociedade possam ser evitadas ou minimizadas.
Comportamento ético	Comportar-se eticamente, baseada em valores de honestidade, equidade e integridade. Esses valores devem permear toda a gestão.
Respeito aos interesses dos <i>stakeholders</i>	Respeitar, considerar e responder aos interesses das demais partes interessadas, além de proprietários, conselheiros, clientes ou associados e construir canais eficazes de diálogo.
Respeito pelo estado de direito	Aceitar que o respeito pelo estado de direito é obrigatório, isto é, nenhum indivíduo ou organização está acima da lei, nem mesmo o governo.
Respeito às normas internacionais de comportamento	Acatar as normas internacionais de comportamento e, ao mesmo tempo, cumprir as leis e regulamentos a que está sujeita.
Respeito pelos direitos humanos	Respeitar e reconhecer a importância e universalidade da Carta Internacional dos Direitos Humanos, que inclui a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Fonte: ISO, ABNT, 2010, adaptado.

As diversas questões relacionadas à Responsabilidade Social Empresarial estão organizadas na ISO 26000 em sete temas centrais, que devem ser entendidos como parte integrante da gestão da empresa em todos os processos, como pode-se observar na figura 12.

Figura 12: Temas centrais da ISO 26000



Fonte: Instituto Observatório Social, 2011, adaptado.

Segundo a ISO 26000 (2010), a governança organizacional trata de processos e estruturas de tomada de decisão da organização, é através do modelo de governança que a empresa decide a forma de incorporar a responsabilidade social. Direitos humanos são considerados direitos civis e políticos e direitos sociais, econômicos e culturais que devem ser respeitados, ou seja, a organização deve assegurar que as atividades não violarão os direitos humanos. Práticas trabalhistas referem-se ao emprego direto, terceirizado e trabalho autônomo, inclui emprego e relações de trabalho, condições de trabalho e proteção salarial, diálogo, saúde e segurança no trabalho, desenvolvimento humano e treinamento.

Meio ambiente abarca prevenção da poluição; uso sustentável dos recursos; mudança climáticas; proteção ao meio ambiente e restauração dos habitats naturais. Práticas leais de operação, compreende práticas anticorrupção; envolvimento político responsável; concorrência leal; promoção de responsabilidade social na cadeia de valor e respeito aos

direitos de propriedade. Questões relativas aos consumidores inclui marketing leal; informações efetivas e não tendenciosas e práticas contratuais justas; além de proteção à saúde e segurança do consumidor; consumo sustentável; atendimento ao consumidor; privacidade dos dados; acesso a serviços essenciais; educação e conscientização. Envolvimento e desenvolvimento da comunidade refere-se ao envolvimento da comunidade; educação e cultura; geração de emprego e capacitação; desenvolvimento tecnológico e acesso à tecnologias; geração de riqueza e renda; saúde e investimento social (ISO, ABNT, 2012).

A empresa socialmente responsável deve incorporar os princípios e valores da RSE e sua gestão deve estar alinhada com os objetivos da responsabilidade social. Os interesses das partes interessadas devem ser considerados, e estes devem envolvidos nas decisões. A empresa deve considerar seu papel como promotora da RSE e sua influência para organizações parceiras, que podem inspirar-se a implementar tais princípios (SMITH, 2013).

Ao aplicar esta Norma, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aconselha que a organização considere as diversidades sociais, ambientais, jurídicas, culturais, políticas e organizacionais, assim como as diferentes condições econômicas, desde que mantenha a consistência com as normas internacionais de comportamento (ISO; ABNT, 2010).

Segundo a ISO 26000, o objetivo da responsabilidade social é contribuir para o desenvolvimento sustentável. A incorporação da RSE por parte das organizações implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, esteja em conformidade com a lei e considere e se relacione com as partes interessadas (INMETRO, 2015).

A ISO 26000 é um instrumento que auxilia as organizações para a implementação da gestão com responsabilidade social a partir de algumas diretrizes. Porém é necessário que a empresa analise sua cultura organizacional, pois cada organização possui características específicas, que incorpore os princípios e valores da RSE mantendo comunicação com seus *stakeholders* e suas ações influenciem toda cadeia de produção, desde os fornecedores.

3. A CONSTITUIÇÃO DOS TRÊS SETORES: ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR NA VIDA ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL NO BRASIL

O Estado é o primeiro setor, e sempre teve um papel preponderante na vida econômica e social do Brasil. O país foi uma colônia de exploração do mercantilismo europeu, o padrão de povoamento era caracterizado pela formação de núcleos distantes, que funcionavam com mão-de-obra escrava e tinham as fazendas e as famílias rurais como base da reprodução social. O Estado brasileiro foi transplantado de Portugal e teve sua origem histórica em superposição de camadas administrativas que não levavam as especificidades e necessidades locais em consideração, pois eram moldadas para a sociedade portuguesa (FISCHER, 2002).

No início o poder era centralizado no Estado, a sociedade e o mercado não capitalista, estavam submetidos ao poder absolutista do monarca e do imperador, não existia separação entre a vida pública e a vida privada (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2011).

Os sistemas de governo de caráter autoritário-burocrático dos anos 1930 e 1940 contribuíram para a formação de um estado fortemente interventor nas atividades econômicas. Essa tendência tornou-se mais intensa a partir da segunda metade da década de 1960, quando o regime autoritário passou a ser comandado pelos militares, instituindo um modelo administrativo centralizado e centralizador. Desde então e ao decorrer dos anos 1970, a tecnocracia procurou implementar um projeto de governo que se propunha a modernizar o país e desenvolver a economia (FISCHER, 2002).

De acordo com o autor, esse período também foi marcado por diversas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, alternando períodos de liberdade de participação política e social com períodos de proibição das atividades político-partidárias e de repressão às formas organizadas de mobilização social.

Nos últimos anos da década de 1970 e início da década de 1980, a crise do Estado, o movimento de deterioração da economia (crise econômica) e o surgimento de reações políticas dos atores sociais para o fim do regime militar, contribuíram para o redesenho do Estado e derrocada do regime autoritário. Os brasileiros voltaram a escolher diretamente seus representantes e em 1988 a Constituição Federal foi promulgada, o papel do Estado passaria a ser o de promotor do desenvolvimento buscando superar as desigualdades de distribuição de renda (BRESSER-PEREIRA, 1989).

Porém a consolidação de direitos crescentes e universalistas que deveriam garantir o acesso dos cidadãos a diversos bens e serviços, encontraria um Estado falido e incapaz de assumir seu papel de provedor (FISCHER, 2002).

Os governos que se sucederam após a redemocratização do país, adotaram políticas neoliberais conservadoras, com propostas de Estado mínimo pressionados por organismos internacionais e movimentos de globalização e internacionalização da economia. Essas políticas eram baseadas na abertura econômica, privatização e desregulamentação da economia (FISCHER, 2002).

Porém quando não obtinham sucesso adotavam políticas Keynesianas de intervenção estatal na economia, medidas protecionistas e progressistas, que segundo Bresser- Pereira (1989) se revelaram populistas, e levaram o país a uma profunda crise econômica e financeira com o fracasso do plano adotado. A crise gerou estagnação da renda per capita e taxas de inflação elevadíssimas, que causaram o retorno das políticas econômicas conservadoras.

Após um longo histórico de taxas de inflação elevadas e crescentes, em 1994 o Brasil consegue estabilizar os preços e a economia atinge relativa estabilidade com o Plano Real, através de reformas liberalizantes, de redução drástica do quadro do funcionalismo público e redefinição das atribuições estatais. O papel do Estado se modifica, passando de promotor e impulsionador do desenvolvimento econômico, para um Estado regulador e fiscal da economia. O mercado substituiu o Estado na definição da alocação de recursos com o objetivo de busca por maior eficiência (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999).

Prevendo o papel do Estado como regulador, novas figuras institucionais, como as organizações sociais, são propostas para absorver as atividades realizadas até então diretamente pelo Estado. Essa nova posição do papel do Estado possibilitou a abertura para a atuação de novos atores e a expansão da atuação das organizações da sociedade civil. No final do século XX, a cena na qual se desenrolou o debate sobre o desenvolvimento social sustentado no Brasil foi sendo, aos poucos, ocupada por múltiplos atores como as ONGs, as associações, entidades beneficentes e filantrópicas e empresas (FISCHER, 2002).

O papel do Estado na economia e sociedade se modifica de acordo com as teorias econômicas predominantes e o cenário econômico e social do país. Com o crescente debate sobre a questão ambiental e desenvolvimento sustentável, o Estado desempenha importante papel no incentivo e disseminação da preservação ambiental e sustentabilidade, através de

políticas públicas e programas que estimulem práticas que preservem o meio ambiente e melhorem as condições sociais da população atual e das futuras gerações.

3.1 Mercado, o Segundo Setor

O mercado é o segundo setor, e tem como principal característica a finalidade lucrativa. Este setor é composto por empresas privadas que vendem bens e serviços para sua sobrevivência com o propósito de acumular capital (BENTO, 2010).

O desenvolvimento do mercado brasileiro contou com forte presença do Estado. No período colonial o modelo de produção econômica deixou como principal herança os grandes latifúndios e uma economia agroexportadora exploratória, um dos ramos da economia, a cafeeira, permitiu o início da industrialização brasileira a partir do século XIX, com bases capitalistas (FISCHER, 2002).

A atuação do Estado foi fundamental para implementar os ciclos de industrialização que ocorreriam a partir de então na economia brasileira. O processo produtivo industrial do país era atrasado em relação à emergência do capitalismo monopolista internacional e isto gerava dificuldades de instalação e consolidação da indústria de base, que exigia saltos tecnológicos e infraestrutura inexistente, principalmente energia e transporte (FISCHER, 2002).

A intervenção Estatal direta⁷ na economia com elevada proteção às indústrias, através da implementação do modelo de substituição de importações, favorecia o surgimento do mercado nacional e apoiava as iniciativas empresariais na importação de bens de capital e equipamentos (SANTOS, 2009).

Posteriormente, o Estado atuou com altos investimentos públicos em infraestrutura, subsídios e incentivos fiscais que estimulavam a empresa oligopólica estrangeira a instalar-se no país, enquanto os espaços das indústrias nacionais ficaram voltados à produção de bens de consumo para o mercado interno. Embora a indústria tivesse alavancado as condições de modernização, como o aceleramento da urbanização, a formação de um mercado consumidor e a ampliação das chamadas classes médias, isso não foi suficiente para construir uma

⁷ Por exemplo compra de excedentes de café para que o preço do produto não caísse e os estoques não ficassem elevados (SANTOS, 2009).

economia sólida orientada para ações redistributivas que promovessem o desenvolvimento social. Além disso, não promoveu o surgimento de um empresariado nacional independente, que liderasse a busca de soluções para os problemas sociais (FISCHER, 2002).

Em 1990 o cenário da economia brasileira foi transformado pelo movimento de globalização, que pressionou o Brasil a adotar políticas liberalizantes contrárias à sua economia protecionista, e fez com a indústria nacional perdesse as medidas protecionistas do Estado e se submetesse à competição acirrada. As medidas de redução da participação do Estado na economia, privatizações e abertura comercial, impactaram sobremaneira a economia e sociedade brasileira (SANTOS, 2009).

Nesse contexto de desequilíbrios econômicos e sociais que agravam as condições da sociedade, as parcerias e alianças estratégicas entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil adquirem uma dimensão importante e necessária, no esforço para superar os quadros de exclusão social e promover uma dinâmica de desenvolvimento sustentável (FISCHER, 2002).

A entrada organizada do mercado em projetos sociais se dá por meio de programas e projetos sociais através de suas fundações e institutos associados, representando a inserção do mercado mais atuante na área social (BNDES, 2001).

Há uma expectativa de participação empresarial no desenvolvimento social do país, através da ação social das empresas, que passam a assumir uma gestão socialmente responsável nos negócios. Pressões cada vez mais frequentes da sociedade civil, o processo de globalização, os problemas sociais e a diminuição em políticas públicas por parte do Estado, faz com que as empresas adotem a responsabilidade social no seu modelo de gestão (RICO, 2004).

O mercado passa a ter um importante papel no desenvolvimento sustentável do país, através de investimentos em projetos sociais e preservação dos recursos naturais em conjunto com a sociedade e o Estado.

3.2 Sociedade Civil e Terceiro Setor

De acordo com Fischer (2002, p. 45) “terceiro setor é a denominação adotada para o espaço composto por organizações privadas, sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida a finalidades coletivas ou públicas”.

O terceiro setor é composto por instituições privadas de interesse público, que não visam lucro e prestam serviços à sociedade, com a ideia de complementação e auxílio na resolução de problemas sociais. Essas instituições são caracterizadas juridicamente como associações, fundações ou entidades religiosas, e podem atuar em diversas áreas como saúde, educação, entre outros (BENTO, 2010).

O termo Terceiro Setor surgiu nos Estados Unidos com a visão social das organizações sem fins lucrativos, esse setor engloba vários tipos de organizações. Uma das principais formas de atuação desse setor é composta por ONGs, que surgiram na Europa após a II Guerra Mundial quando a Organização das Nações Unidas (ONU) utilizou essa expressão (MAÑAS, 2012).

As diferentes formas de exclusão social, associadas ao não atendimento das demandas da população pelo governo, fez com que alguns grupos se organizassem para defender seus direitos em busca de justiça e liberdade. O Terceiro setor pode ser entendido então, como uma resposta à exclusão social crescente (MURARO, LIMA, 2003).

No Brasil, a prestação de serviços sociais, assistenciais, de saúde e educação voluntários, tiveram início no período colonização através das igrejas católicas. Porém, na década de 1970, o terceiro setor marca uma nova fase e as instituições de caráter filantrópico e assistenciais se unem com os movimentos sociais e a igreja e tornam-se representantes dos problemas de desigualdade e justiça social. As ONGs surgem nesse período (CARRION, 2000).

Os principais interesses do terceiro setor, eram voltados para a redução da desigualdade social, construção de espaços públicos para interação da população em assuntos relacionados à cidadania e um documento que regulamentasse a participação do poder público em projetos sociais (OLIVEIRA, MONOLESCU, 2012).

A presença do terceiro setor no cenário brasileiro é ampla e diversificada, constituída por: “organizações não governamentais (ONGs), fundações de direito privado, entidades de assistência social e de benemerência, entidades religiosas, associações culturais,

educacionais”. Essas organizações podem variar em tamanho, grau de formalização, volume de recursos, objetivo institucional e na forma em que atuam. Tal diversidade resulta da riqueza e pluralidade da sociedade brasileira e das diferentes formas nas relações entre o Estado e o Mercado (FISCHER, 2002, p. 45).

A Lei 9.790/99 de março de 1999, foi o marco legal do terceiro setor, que estabeleceu os critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público e reconheceu outras áreas de atuação social anteriormente não contempladas legalmente; abrange novas possibilidades no sistema de articulação entre as instituições de direito privado e público; e a possibilidade de remuneração dos dirigentes das instituições sem fins lucrativos (BNDES, 2001).

Esse período também é caracterizado pela presente redução dos investimentos públicos e a municipalização de atividades e serviços até então, tradicionalmente realizado por organismos federais, estaduais e municipais. Cenário que possibilitou a maior mobilização de pessoas e materiais para o atendimento de demandas sociais não contempladas pelo Estado (CARRION, 2000).

Esse setor atua em diferentes frentes e com diferentes metodologias, como defesa das minorias; defesa do “sem-terra” e “sem-moradia”; desempregados; saúde individual e coletiva, defesa de povos indígenas; preservação urbana e do meio ambiente; desenvolvimento regional; preservação cultural; alfabetização; profissionalização; direitos da cidadania; filantropia empresarial, entre outros (TENÓRIO, 1999).

O terceiro setor é considerado um dos agentes imprescindíveis no processo de assistência às populações carentes, devido a sua política baseada na execução de projetos e programas que incentivam a geração de emprego e renda, além de despertar as comunidades para a exploração de atividades que possam assegurar sua sobrevivência (MAÑAS, 2012).

Embora as organizações da sociedade civil de caráter público existam há tempos, estas só foram reconhecidas como pertencentes a um setor específico da economia no início da década de 1990, revelando sua importância social e econômica (MADEIRA; BIANCARDI, 2003).

O objetivo do terceiro setor é então, proporcionar benefícios à sociedade e promover melhoria na qualidade de vida das pessoas, auxiliando a preencher as lacunas não supridas

pelo Estado. A cooperação entre o Estado, Mercado, Terceiro Setor e Sociedade Civil é essencial para o alcance do desenvolvimento sustentável da sociedade, a sinergia entre os diversos setores proporciona múltiplos benefícios em todos os aspectos.

3.3 Terceiro Setor e a Reciclagem

O terceiro setor subdivide-se em várias categorias, as principais são: Associação, Organizações Filantrópicas, Beneficentes e de Caridade, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Fundações privadas, como demonstra o quadro 3.

Quadro 3: Principais Categorias do Terceiro Setor

Principais Categorias do Terceiro Setor	
Associação	Representa organizações que exercem atividades comuns ou defendem interesses comuns mútuos. É uma organização voltada aos interesses próprios dos participantes, compreendendo uma grande variedade de objetivos e atividades recreativas, esportivas, culturais, artísticas, comunitárias e profissionais.
Organizações Filantrópicas, Beneficentes e de Caridade	São organizações voltadas à filantropia: assistencialismo no auxílio a pobres, desvalidos, desfavorecidos, miseráveis, excluídos e enfermos. É composta por abrigos, orfanatos, centro para indigentes, organizações voltadas à distribuição de alimentos, vestuário, hospitais, creches, serviços sociais na área da saúde e educação, como colégios religiosos e universidades.
Organizações Não Governamentais	São organizações comprometidas com a sociedade civil, com movimentos sociais e com a transformação social. A ONG se difere das organizações filantrópicas por não exercer nenhum tipo de caridade, chegando até a se posicionar contra essa atitude. A ONG luta pelo direito de igualdade e não possui fins lucrativos.
Fundações Privadas	As fundações privadas tornam-se cada vez mais importantes no contexto social, famosos deram origem a estas, e diversas empresas trouxeram a parceria entre o primeiro, o segundo e o terceiro setor através da criação das fundações. As fundações trabalham em diversos fins como educação, saúde, qualidade de vida, entre outros.

Fonte: MURARO, LIMA, 2003, p. 82, adaptado pelo autor.

A articulação entre ONGs foi estimulada, a partir de 1990, com o surgimento de fóruns internacionais, redes de discussão globais e a construção de uma agenda política mundial voltada às questões sobre o meio ambiente, inclusão social e erradicação da pobreza, fazendo o movimento ganhar força da sociedade, mídia e governo (OLIVEIRA, MONOLESCU, 2010).

Como qualquer organização, o terceiro setor apresenta problemas, há dificuldades na busca por novos e permanentes parceiros, no uso de metodologias eficientes, no acompanhamento e avaliações das ações praticadas pela organização no combate aos problemas sociais, entre outros. Porém dois problemas aparecem com maior gravidade, a identificação dos problemas sociais que são realmente prioritários e o combate ao auto interesse. Por ser muito influente, o terceiro setor deve passar confiança e agir pensando em seu público (MURARO, LIMA, 2003).

Com os problemas ambientais cada vez mais evidenciados, as externalidades positivas reciclagem e das ONGs que apoiam cooperativas de reciclagem e catadores de materiais reciclados assumem um papel de grande importância para o alcance da sustentabilidade socioambiental.

A minimização da geração de lixo e a reciclagem dos resíduos evitam a poluição ao mesmo tempo em que diminuem a extração de matérias-primas da natureza, além de apresentar impactos econômicos e sociais positivos (RIBEIRO *et. al.*, 2014).

Reciclar é transformar objetos materiais usados em novos produtos para consumo, este procedimento apresenta benefícios ambientais, contribuindo para a redução do efeito estufa, poluição da água, destruição da camada de ozônio, erosão do solo e chuva ácida. Pela ótica social a reciclagem proporciona maior conscientização ambiental da população, melhorias ambientais e envolvimento das camadas mais pobres na sociedade. No âmbito econômico apresenta redução de custos produtivos, criação de emprego e renda e estímulo a criação de novos mercados e aquecimento de outros (FONSECA, 2013).

A reciclagem gera inúmeros benefícios sociais, ambientais e econômicos. O recolhimento dos materiais gera emprego e renda aos catadores, possibilitando melhores condições de vida à eles, além da preservação do meio ambiente através da redução de materiais destinados aos aterros sanitários e redução na extração de recursos naturais.

4. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A CONTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: O CASO DA RECICLOTECA

É crescente a preocupação dos economistas com a dimensão espacial do crescimento econômico, sobretudo durante a década de 1990, e os temas de natureza territorial apresentaram notável retorno nas ciências sociais e nas organizações interacionais de desenvolvimento (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003).

As abordagens que enfocam o desenvolvimento a partir da perspectiva dos territórios podem ser classificadas em globalista e regionalista. A base teórica da vertente globalista se sustenta na homogeneização do espaço local, baseada em princípios liberais de competição perfeita entre as localidades por investimentos, através de concessões e atração de capitais internacionais (DALLABRIDA; FERNANDÉZ; SIDENBERG, 2004).

De acordo com os autores, a vertente regionalista retoma o enfoque clássico de Marshall, no qual as aglomerações econômicas surgem em função de três motivos: a aglomeração proporciona o fenômeno de *labor pooling* (bacia de mão-de-obra qualificada), que reduz custos com contratação e demissão e aumenta a produtividade; aglomerações e distritos industriais possuem densidade de redes entre diferentes produtores e fornecedores especializados e atraem outras empresas; além de oferecer importantes externalidades tecnológicas positivas, devido à concentração geográfica que favorece sua difusão e internalização.

Estudos hegemônicos sobre desenvolvimento territorial centralizam sua análise em como estruturam-se economicamente os espaços, destinando lugar de destaque às organizações privadas (CALEGARO; CUEVAS, 2014).

Porém os territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores, os territórios são constituídos por laços informais, por modalidades não mercantis de interação constituídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade, fontes da própria identidade dos indivíduos e grupos sociais (ABRAMOVAY, 2003).

Com o advento de novas tecnologias de comunicação e transporte, com as mudanças de paradigmas econômicos e sociais, os modelos de divisão territorial também tornaram-se obsoletos e ultrapassados. Os territórios são mais do que simples base física, pois têm vida própria, possuem tecido social, laços complexos, relações com raízes históricas, políticas e de diversas identidades que vão além dos seus atributos naturais, dos custos de transporte e de comunicações (BRASIL, 2003).

O território é definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2003).

Ou seja, os territórios são resultado de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, empresas, instituições e organizações locais em promover ligações dinâmicas, favoráveis a valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes de construir ao longo da história. As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento territorial caracterizam-se pela ampliação do círculo de relações sociais nos planos político, econômico e social (BRASIL, 2003).

O desenvolvimento do território indica as melhorias da qualidade de vida substantiva e instrumental de determinada localidade. Os processos de desenvolvimento local implicam esforços estruturados de atores estatais e da sociedade, na busca de melhora integral na qualidade de vida da população (CANÇADO; SAUSEN; VILLELA, 2013).

Segundo Abramovay (2000, p.14), o desenvolvimento territorial apoia-se na formação de uma rede de atores que se empenham para a valorização dos atributos de determinada região e permitem a existência de uma dinâmica de cooperação.

Para ser sustentável, o território deve essencialmente observar a coesão social, territorial, a governabilidade, a sustentabilidade, a inclusão econômica e o bem-estar. O modelo de desenvolvimento sustentável é multidimensional e considera aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e políticos (CANÇADO; SAUSEN; VILLELA, 2013).

O desenvolvimento territorial sustentável, no seu conceito mais amplo, é aquele que visa o direito às oportunidades das gerações futuras e objetiva a inclusão daqueles que estão à margem de um desenvolvimento para poucos (PERICO, 2009).

Abramovay (2006) conclui que o processo de desenvolvimento resulta da forma específica de como os fatores materiais e imateriais são usados, com base nas relações.

O avanço dos estudos sobre o desenvolvimento, a partir da perspectiva territorial reflete os processos contemporâneos como, o enfraquecimento dos Estados nacionais e a quebra das fronteiras do capital com a globalização, fortalecendo o papel das organizações na arena sociopolítica e no processo do desenvolvimento dos territórios (CALEGARO; CUEVAS, 2014).

A noção de território é primordial para o desenvolvimento sustentável, já que o território não é apenas um espaço geográfico, possui uma identidade e atores sociais que podem em sinergia contribuir para melhorias econômicas, sociais, ambientais e culturais. Segundo Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço dinamizado e determinado por motivações humanas.

Segundo Delgado e Leite (2011, p. 431), existem obstáculos para a articulação de políticas, instituições e a construção de estratégias de desenvolvimento territorial. E as soluções encontradas para superar os obstáculos podem ser exploradas considerando três componentes: os programas governamentais de distintas procedências; as arenas decisórias e espaços públicos existentes no território, e; empoderamento dos diversos atores e agências institucionais presentes nesses espaços e seus efeitos sobre as possibilidades de articulação das políticas e instituições.

As relações e interações sociais entre os diversos atores e instituições do território, nas esferas econômico, social, político e ambiental são essenciais nas estratégias de promoção do desenvolvimento territorial. E segundo o MDA (2003) por mais que as condições naturais de solo, relevo e clima sejam importantes na determinação do desempenho dos territórios, em vários casos os limites físicos foram vencidos pela capacidade de organização e construção de uma rede de relações no território.

O enfoque territorial é uma visão que integra os espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção. Essa abordagem considera que os objetivos

fundamentais a serem atingidos são a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social (MDA, 2016).

As organizações são compreendidas como parte da dinâmica sócio territorial existente. Novas responsabilidades no processo de desenvolvimento são, então, atribuídas às empresas. Sua função social não se limita mais à geração de lucro e empregos, é necessário levar em consideração as expectativas das partes interessadas (CALEGARO; CUEVAS, 2014).

A RSE é um instrumento de gestão socialmente responsável, que pode auxiliar a empresa no alcance das expectativas da sociedade a respeito de seu papel e influência na melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais no local em que se inserem, como forma de minimizar os impactos negativos de suas atividades.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável do território deve haver conciliação da esfera econômica, social, política e ambiental, através da interação e relação dos diversos atores buscando a equidade e justiça social e preservação do meio ambiente. A adoção da gestão com responsabilidade social, por parte das empresas, pode contribuir com o desenvolvimento do território à medida que auxilia na transformação social, econômica e na preservação ambiental.

4.1 Breve Análise Geográfica e Histórica da Baixada Fluminense

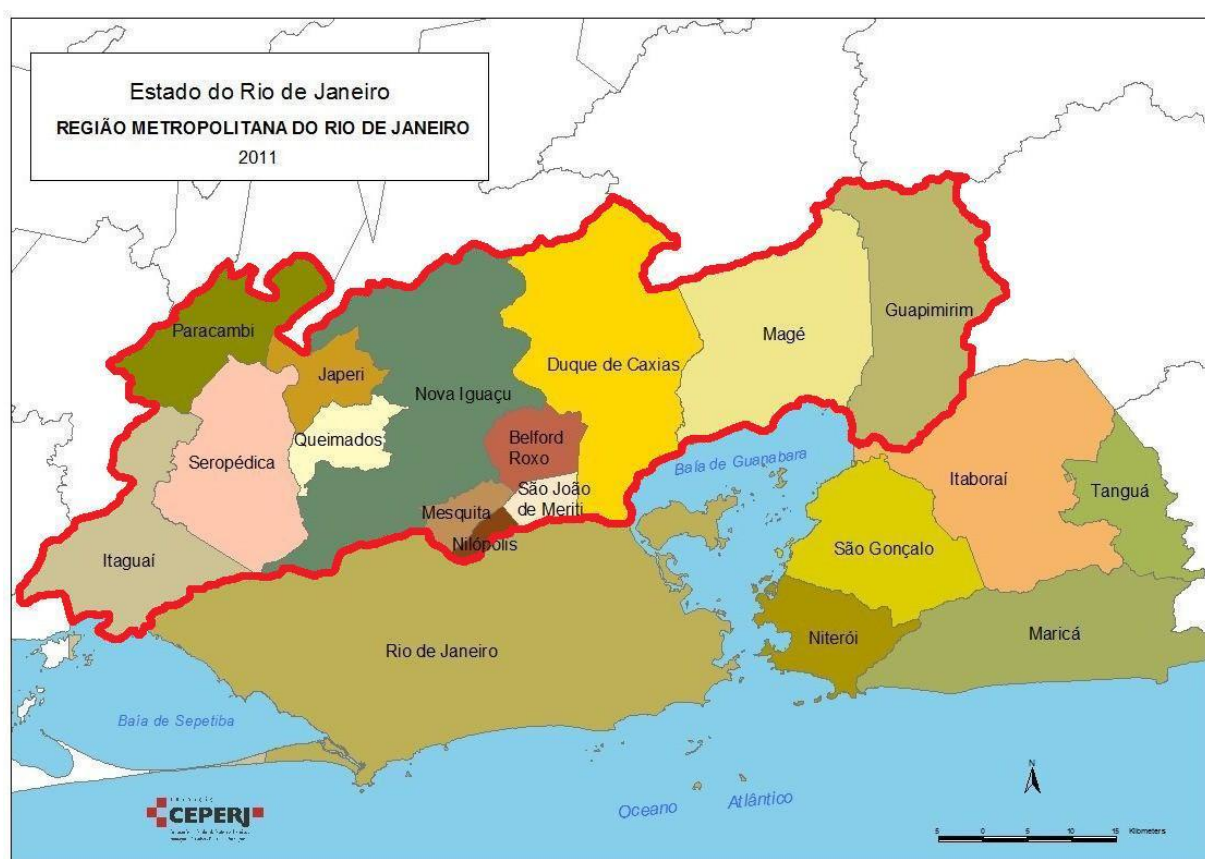
A área que integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conhecida como Baixada Fluminense, divisão adotada pela Secretaria de Desenvolvimento da Baixada Fluminense, é composta pelos seguintes municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Magé, Guapimirim, Japeri, Paracambi, Seropédica e Itaguaí. Esses municípios constituem a periferia da metrópole do Rio de Janeiro (PEREIRA, 2013).

Grande parte do desenvolvimento econômico e social desses municípios, se deu atrelado ao município do Rio de Janeiro. A Baixada Fluminense é composta por planícies, colinas, morros, manguezais, serra do Mar ao fundo, matas e rica rede hidrográfica que desagua na Baía de Guanabara (FIGUERÊDO, 2004).

As principais rodovias do Estado cruzam a região: a rodovia Presidente Dutra (BR 116 Sul), rodovia Washington Luis (BR 040), rodovia Raphael de Almeida Magalhães (BR 493, Arco Metropolitano do Rio de Janeiro), rodovia Santos Dumont (BR 116 Norte, Rio-Teresópolis) e a rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte (BR 101 Sul, Rio-Santos). As rodovias ligam o Estado do Rio de Janeiro ao Complexo Portuário Industrial de Itaguaí e ao Polo Gás Químico e a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), em Duque de Caxias, tornando a região atrativa às empresas em relação à exportação e importação (CARDOSO *et. al.*, 2013).

A figura 13 apresenta o mapa com a localização da região metropolitana do Rio de Janeiro com destaque para os municípios da Baixada Fluminense.

Figura 13: Região Metropolitana do Rio de Janeiro com Destaque para a Baixada Fluminense.



Fonte: Fundação CEPERJ, 2011.

Historicamente, a Baixada Fluminense se constituiu em uma área de expansão populacional e, posteriormente de integração metropolitana com o município do Rio de Janeiro (SOUZA, 2014).

Segundo Pereira (2013), a ocupação da localidade ocorreu a partir do século XVIII, mas somente no início do século XX, com obras de drenagem realizadas em toda a região, os imigrantes ocuparam o espaço em busca de melhores condições de vida na capital do Rio de Janeiro.

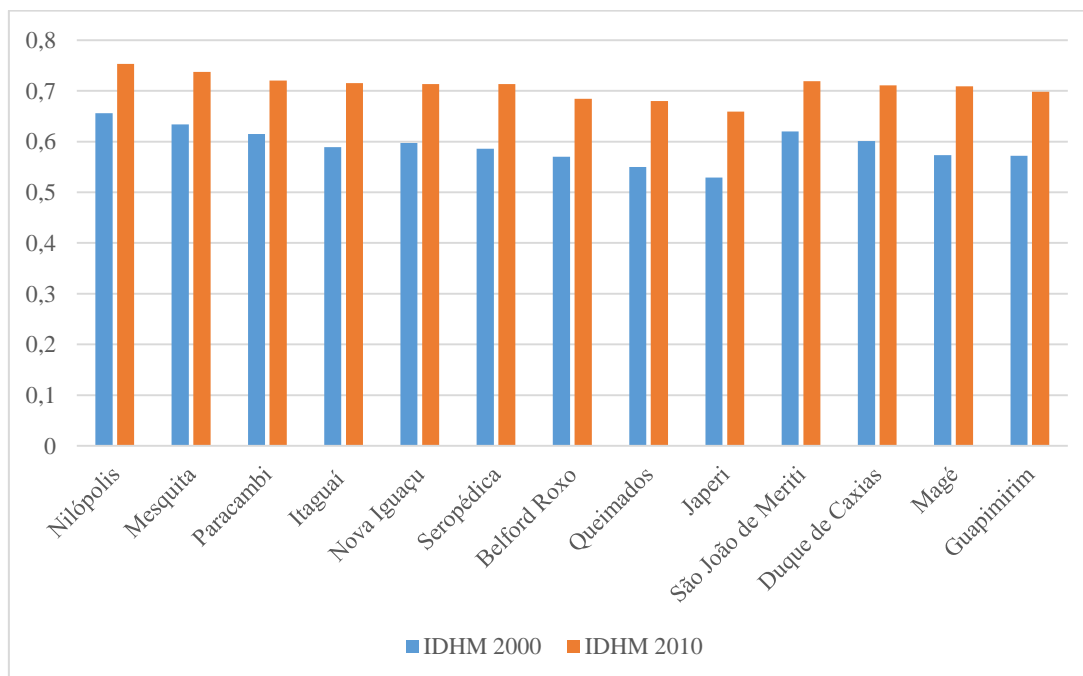
A área possui maciça concentração industrial, com a presença de grandes empresas em toda a região, por exemplo, Duque de Caxias possui o maior parque industrial do Estado, Nova Iguaçu muitas indústrias químicas e as pedreiras e a extração de areia que são as principais atividades econômicas principalmente em Itaguaí e Seropédica (PEREIRA, 2013).

Apesar segundo o SEBRAE/RJ, possuir um Arranjo Produtivo Local (APL)⁸ Petroquímico, Químico e Plástico e algumas concentrações de atividades industriais, as cidades da região ainda são caracterizadas como cidades dormitórios e enfrentam problemas de moradia, saneamento básico, educação, saúde e emprego, necessitando de condições básicas de sobrevivência. Isso constitui grande contradição, pois o crescimento econômico não acompanha o atendimento das necessidades básicas da população (CEPERJ, 2017).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), é resultado da média geométrica de três indicadores: longevidade, educação e renda, varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 é considerado maior desenvolvimento humano do município, quanto mais próximo de 0 menor o desenvolvimento humano (SEBRAE, 2015), a figura 14 apresenta o IDHM dos municípios da Baixada Fluminense nos anos 2000 e 2010.

⁸ “O Arranjo Produtivo Local é uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa ” (SEBRAE, 2014).

Figura 14: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Estado do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, 2010.



Fonte: IETS, SEBRAE 2015, adaptado pela autora.

Em 2000 e em 2010, todos os municípios da Baixada Fluminense obtiveram IDHM inferior ao do Estado do Rio de Janeiro, que foi de 0,666 em 2000 e 0,761 em 2010. Porém o índice demonstrou melhora de um censo para o outro. Em 2010 Japeri foi o único município que continuou com o IDHM inferior ao apresentado pelo Estado em 2000.

Nenhum dos municípios apresentou baixo desenvolvimento⁹ em 2010, como ocorrera com 8 deles em 2000. Entre os municípios que apresentaram baixo IDHM, Itaguaí, Nova Iguaçu, Seropédica e Magé avançaram direto para a faixa de desenvolvimento alto. Nilópolis (0,753) apresentou o melhor IDHM em 2010, seguido por Mesquita (0,737) e Paracambi (0,720).

A tabela 3 apresenta o coeficiente de Gini da Baixada Fluminense no ano de 2010 e o percentual de pobres. O índice de Gini¹⁰ é um instrumento utilizado para medir o grau de

⁹ Existem 5 faixas de desenvolvimento, igual ou inferior a 0,499 é muito baixo; entre 0,500 e 0,599 é baixo; entre 0,600 e 0,699 é médio; entre 0,700 e 0,799 é alto; e muito alto quando superior a 0,800 (SEBRAE, 2015).

¹⁰ Numericamente, o índice varia de 0 a 1, o valor de 0 representa situação de igualdade, ou seja, todos apresentam a mesma renda. O valor de 1 é o extremo oposto, uma pessoa apenas, detém toda a riqueza. Na prática, o índice compara os 20% mais pobres com os 20% mais ricos (IPEA, 2004).

concentração de renda de determinado grupo, aponta a diferença entre o rendimento dos mais ricos e dos mais pobres.

Tabela 3: Coeficiente de Gini, Ranking Estadual de Gini e percentual de pobres da Baixada Fluminense- RJ, 2010.

Baixada Fluminense	Coeficiente de GINI	Ranking Estadual GINI	Percentual de Pobres %
Estado do Rio de Janeiro	0,599		26,0
Baixada Fluminense	0,491		33,7
Belford Roxo	0,461	10	37,7
Itaguaí	0,495	40	32,3
Japeri	0,471	15	45,9
Mesquita	0,490	33	30,9
Nilópolis	0,481	25	23,3
Nova Iguaçu	0,517	60	35,5
Paracambi	0,484	29	32,4
Queimados	0,462	12	37,5
Seropédica	0,494	35	30,4
Duque de Caxias	0,489	32	32,8
Guapimirim	0, 517	59	34,1
Magé	0,514	56	34,8
São João de Meriti	0,463	13	29,4

Fonte: IETS, SEBRAE, 2015, adaptado pelo autor.

O coeficiente de Gini da Baixada Fluminense (0,491) é menor que o do Estado do Rio de Janeiro (0,599), expressando menor desigualdade e concentração de renda, porém a Baixada Fluminense possui maior percentual de pobres (33,7%). Os municípios com maior concentração de renda são Nova Iguaçu (0,517) e Guapimirim (0, 517), já Belford Roxo e Queimados possuem menor concentração de renda.

Nilópolis (23,3 %) e São João de Meriti (29,4%) apresentam menor concentração de pobres, quase metade da população em Japeri (45,9%) é considerada pobre. Belford Roxo, apesar de apresentar o menor índice de Gini da Baixada Fluminense, possui um percentual de pobres de 37,7%.

A Baixada Fluminense possui diversos problemas ambientais e é considerada zona de sacrifício ambiental, devido à grande concentração industrial na área, além de sua proximidade com o Distrito Industrial do bairro de Santa Cruz. Nessa área localizava-se também o lixão de Jardim Gramacho em Duque de Caxias e lixões em Itaguaí, Seropédica, Japeri e Nova Iguaçu, atualmente, construíram diversos aterros sanitário, que reforça a lógica do sacrifício ambiental da localidade (PEREIRA, 2013).

Todavia, a localidade também é caracterizada por suas áreas verdes, como a Reserva Biológica do Tinguá em Nova Iguaçu, a Floresta Nacional Mário Xavier em Seropédica, Parques Municipais da Taquara em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, Parque Natural Municipal do Curió em Paracambi, APAs da Bacia do Guandu, além de trinta de cinco rios que desaguam na Baía de Guanabara, aquíferos e mananciais hídricos (PEREIRA, 2013).

Além dos problemas ambientais, a Baixada apresenta ainda, um quadro deficitário em relação ao atendimento eficaz de suas necessidades básicas de saúde, educação, segurança e saneamento básico, que a situa em condição de extrema pobreza e desigualdade social diante de outros municípios do país (CARDOSO *et. al.*, 2013).

4.1.1 Mesquita – RJ

Mesquita pertence à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, possui população de 171.020 habitantes e densidade demográfica de 4.310,48 habitantes por Km². O Município tem um único distrito-sede e ocupa a área total de 39,1 Km², correspondente a 0,7% da área da Região Metropolitana. Os limites municipais são: Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis e Rio de Janeiro (IBGE, 2016).

Em Mesquita localiza-se a nascente do rio Dona Eugenia, a paisagem predominante é o Maciço do Mendanha e encontram-se também muitas cachoeiras e matas. O município está integrado ao sistema viário e ferroviário da capital do Estado devido à sua proximidade à

cidade do Rio de Janeiro. Suas principais atividades econômicas são o comércio e a Indústria (TCE, 2001).

4.1.2 Duque de Caxias – RJ

O município de Duque de Caxias está localizado na Baixada Fluminense, Região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, possui uma população de 886.917 habitantes e apresenta densidade demográfica de 1.828,51 habitantes por km², a 8ª maior do estado. O município apresentou um grande crescimento nos últimos anos, com destaque para o setor de indústria e comércio entre as suas principais atividades econômicas (IBGE, 2016).

Empresas de vários segmentos têm-se instalado em Duque de Caxias aproveitando a posição privilegiada do município, que se encontra próximo as principais rodovias brasileiras: Linha vermelha, Linha amarela, Rodovia Presidente Dutra, Rodovia Washington Luiz e Avenida Brasil, além de ser próximo ao Aeroporto Internacional Tom Jobim e a apenas 17 Km de distância do centro do Rio. No município, encontra-se o maior parque industrial do estado, o segmento está concentrado nos setores de química e petroquímica, estimulados pela presença da REDUC, a segunda maior do país que possui um Polo Gás-Químico e conta com a Usina Termelétrica (Leonel Brizola), conhecida como Termorio (CAMAZ, 2015).

De acordo com Camaz (2015), embora a REDUC seja a maior empresa do setor petroquímico do município e a maior geradora de empregos, possui 70% da sua mão-de-obra importada de outros municípios do Estado, o que compromete a inserção da riqueza produzida pela empresa, na economia local.

Ou seja, apesar da instalação de grandes empresas em Duque de Caxias, há uma contradição entre o crescimento econômico e desenvolvimento social do município, a presença dessas empresas não trouxe investimento em infraestrutura ao município como esperado dado o crescimento econômico observado.

4.2 A RECICLOTECA

A Recicloteca é um Centro de Informações sobre Reciclagem e Meio Ambiente criado pela ONG Ecomarapendi, e localiza-se no município do Rio de Janeiro, no bairro Botafogo. A Ecomarapendi é uma das mais antigas ONGs de meio ambiente da cidade do Rio de Janeiro, foi fundada há 26 anos com o intuito de preservar a Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi, que possui lagoa restinga e mangue, que é o último remanescente de um ecossistema preservado no litoral do Rio (RECICLOTECA, 2016).

Um grupo de moradores da Barra da Tijuca implantou a coleta seletiva no condomínio em que residiam, com o intuito de envolver os todos os moradores na redução dos impactos ambientais da localidade. O projeto foi bem-sucedido e logo difundiu-se entre escolas e empresas que se interessaram e procuraram mais informações, então surgiu a Recicloteca (RECICLOTECA, 2016).

A Recicloteca é uma biblioteca de reciclagem que foi planejada com o objetivo de pesquisar, organizar e difundir informações sobre as questões ambientais, com ênfase na redução, aproveitamento e reciclagem de resíduos. Seu acervo é composto por diversos livros, vídeos, revistas, periódicos técnico-científicos, cartilhas, teses, produtos reciclados e outros materiais (RECICLOTECA, 2016).

Fundada em 1991 e patrocinada por uma companhia cervejeira, localizada no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro desde 1993, a Recicloteca tornou-se uma referência sobre a temática de resíduos sólidos no Brasil e recebe visitantes em sua sede, atende gratuitamente consultas por e-mail, fax, telefone e carta, realiza palestras em empresas e universidades, seminários, cursos e oficinas além de disponibilizar conteúdo em seu site (RECICLOTECA, 2016).

Em 2002 patrocinada pela AMBEV através do Guaraná Antarctica, a Recicloteca lançou o Programa Reciclagem Solidária Cooperativas, uma ação voltada para a valorização social dos trabalhadores da reciclagem organizados em cooperativas e a minimização dos impactos ambientais provenientes da disposição final de resíduos sólidos, que durou 9 anos.

O programa surgiu após um trabalho de pesquisa da equipe da Recicloteca que identificou a grande demanda da sociedade pela coleta dos materiais recicláveis e das cooperativas por equipamentos de alto custo que levou ao auxílio às cooperativas em seu processo de profissionalização, como legalização, equipamentos de segurança individual,

aquisição de prensas e balanças, bem como sua articulação política em torno das necessidades do setor (BERNHARDT, 2016).

O Programa Reciclagem Solidária Cooperativas teve como objetivos contribuir para o resgate da cidadania e melhoria da qualidade de vida dos membros das cooperativas e comunidades adjacentes; minimizar os impactos ambientais na disposição final de resíduos sólidos, uma vez que a coleta organizada de recicláveis diminui a quantidade de materiais descartados de maneira inadequada em encostas, margens de rios e terrenos baldios; e reduzir o volume de lixo coletado a ser encaminhado pela municipalidade para destinação final (RECICLOTECA, 2016).

A atividade de coleta, separação e venda de materiais nas cooperativas enfrentou dificuldade em sua estruturação, pois o crescimento da demanda da indústria de reciclagem exigia investimentos em infraestrutura dos grupos para que pudessem encaminhar materiais recicláveis em quantidades significativas e agregar valor. As cooperativas que não dispunham de prensa vendiam por um preço inferior em relação ao material prensado e enfardado. Depois de coletado e separado por tipo o material reciclado prensado apresenta menor volume, maior facilidade de transporte e maior valor de venda (BERNHARDT, 2016).

Em sua fase piloto, o programa teve como área de abrangência a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com doze cooperativas entre elas a Coopcaro e a Coopar, e beneficiou diretamente cerca de 2.500 pessoas, entre cooperativados e dependentes. Para sua implantação, o programa contou com a utilização de um conjunto de materiais de apoio, destinados aos membros das cooperativas e associações, comunidades adjacentes a estes grupos e formadores de opinião.

O programa consistiu em um cadastramento das cooperativas que não tinham condições de comprar a prensa, que receberiam o equipamento em comodato¹¹ desde que cumprissem uma série de exigências, como a legalização da cooperativa, não utilização de mão-de-obra infantil, utilização equipamentos de proteção individual, entre outros. Após o término do prazo de doze meses os grupos tiveram a oportunidade de adquirir o equipamento a um preço simbólico e os valores arrecadados foram revertidos em benefícios sociais de

¹¹ O contrato de comodato encontra-se definido no artigo 1129.º do Código Civil como sendo um contrato no qual uma das partes (comodante) proporciona a outra (comodatário), o gozo temporário de uma coisa (móvel ou imóvel), mediante entrega, com a obrigação de a restituir (MOURA, 2015).

acordo com a demanda de cada grupo, como cursos de alfabetização, artesanato com recicláveis e aquisição de equipamentos adicionais (BERNHARDT, 2016).

De acordo com a Recicloteca, além da organização e profissionalização dos grupos, a prensa cedida pelo Programa possibilitou um aumento considerável na quantidade de material coletado e armazenado pelas cooperativas. Em maio de 2002, antes do início do Programa, o volume de Polietileno Tereftalato (PET) comercializado mensalmente pelo conjunto das 12 cooperativas beneficiadas era de 52.620 quilos e o valor médio obtido pelos grupos na venda desse material era de R\$0,27 por quilo. Quase um ano após a implantação, em março de 2003, os grupos passaram a comercializar 123.974 quilos de PET e venderam o material por R\$ 0,62 o quilo (RECICLOTECA, 2016).

Isso apresentou um incremento de 135,55% na quantidade de material encaminhado mensalmente para a reciclagem e o valor obtido pelo material apresentou um aumento de 129,63% na receita. O total de PET coletado entre maio de 2002 e março de 2003 foi de 92.7131 quilos, que correspondeu a uma arrecadação de R\$ 412.573,30.

O Programa foi transformado e moldado de acordo com as necessidades apresentadas pelas cooperativas. Segundo a Recicloteca após um tempo, a situação tornou-se mais complexa, a prensa já não era o elemento mais demandado, passou a ser o equipamento de proteção individual e depois o transporte. Isso impossibilitou a continuidade do projeto, que já não exigia apenas a profissionalização dos grupos, passou a exigir caminhão para o transporte e a logística, isso tornou mais onerosa a ajuda às cooperativas (BERNHARDT, 2016).

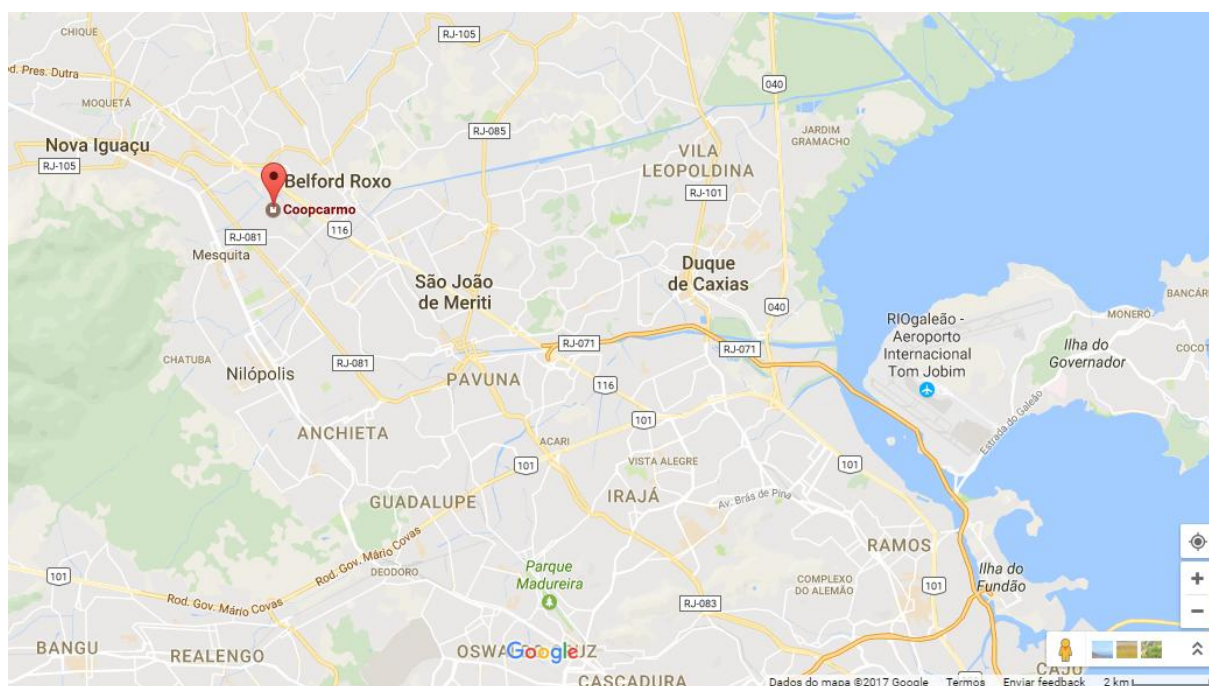
Em 2011, o Programa foi finalizado, pois a companhia cervejeira não apresentou interesse em continuar o patrocínio ao programa, devido à intensidade da rigidez na legislação em relação às empresas de bebidas geradoras de resíduos, que fez com que a empresa migrasse seus investimentos para projetos que visassem o atendimento da legislação e o Programa Reciclagem Solidária não se enquadrava à necessidade daquele momento.

Apesar do término do Programa, os benefícios adquiridos permaneceram. As cooperativas apresentaram um grande avanço em sua profissionalização e organização, possível com o apoio do Programa Reciclagem Solidária e projetos similares, porém os desafios para as cooperativas ainda são amplos.

4.3 COOPCARMO

Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Mesquita (COOPCARMO) é uma cooperativa, localizada em Jacutinga, município de Mesquita-RJ, que realiza desde 1993 um trabalho de coleta seletiva de materiais recicláveis e educação ambiental, composta por 15 pessoas, em sua maioria mulheres de baixa renda chefes de família. Atualmente a Coopcarmo possui uma rede com aproximadamente 1.500 pontos de coleta entre residências, comunidades, escolas, comércios e empresas, nos municípios de Mesquita, Nova Iguaçu e Belford Roxo.

Figura 15: Localização Coopcarmo



Fonte: Google Maps, 2017.

Para garantir a sustentabilidade da cooperativa, mensalmente os cooperados coletam em torno de 50 a 60 toneladas de materiais reciclados separados na fonte, e buscam sempre melhores resultados no trabalho para garantir maior renda.

Segundo a atual coordenadora, Marilza Reis, o reconhecimento do trabalho da cooperativa é fruto de uma longa caminhada iniciada em 1993. O trabalho teve início a céu

aberto, com oito participantes, na maioria mulheres negras com muitos filhos, de baixa escolaridade sem documentação e profissão definida, e os materiais recicláveis coletados nas casas e ruas eram carregados pelos catadores ou por cavalos (REIS, 2017).

Inicialmente a maior preocupação dos catadores era o volume dos recicláveis e a partilha, não havia nenhuma preocupação com a saúde e cuidados higiênicos como o uso de luvas e botas, pois o grupo não possuía nenhuma informação sobre o trabalho que realizava na coleta seletiva, o que tornava o trabalho precário e amador.

Em 1993, segundo a coordenadora, trabalhar com lixo era atribuído à muita miséria e preconceito, então a ideia do projeto de coleta seletiva era transformar vidas através do trabalho, já que como a maioria da população do bairro, os catadores se sentiam desvalorizados e eram excluídos do mercado de trabalho devido à falta de formação escolar.

A primeira conquista da cooperativa foi um caminhão cedido pela prefeitura de Nova Iguaçu, e no decorrer dos anos construíram parcerias com diversas empresas que foram fundamentais para a evolução da cooperativa. Atualmente a cooperativa possui toda a documentação legal, licença ambiental das Secretarias Municipais do Meio Ambiente (SEMUAM) e todos os cooperados possuem o cadastro no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e seguro de vida (SILVA, 2017).

A cooperativa conseguiu ultrapassar o preconceito, resgatar a cidadania dos cooperativados e mostrar para a sociedade o valor de seu trabalho com a reciclagem, que além de valor gerar benefícios econômicos, gera benefícios sociais e ambientais. A partir de então, passou a difundir e conscientizar a população local, que através da doação dos materiais recicláveis seria possível diminuir os impactos do lixo na natureza, por isso tornou-se referência no modelo de autogestão na área de reciclagem.

Sempre em busca de novos projetos e patrocinadores, a missão da cooperativa é contribuir para a preservação ambiental, o resgate da cidadania, a inclusão social, geração de renda para as mulheres e transformação social e cultural da comunidade de Jacutinga, local onde a cooperativa está inserida.

Em 2002 a Coopcarmo participou do Programa Reciclagem Solidária Cooperativas da Recicloteca, que representou um incentivo à legalização da cooperativa. A cooperativa

recebeu equipamentos que, até então, não tinha acesso, além de material e palestras sobre reciclagem, cooperativismo e coleta seletiva.

A partir da legalização, a cooperativa pôde participar de projetos de diversas ONGs, incluindo ONGs estrangeiras, e atualmente possui uma prensa conquistada a partir de uma parceria com a Tetra Pak e Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Isso possibilitou o crescimento e reconhecimento da cooperativa, que ganhou diversos prêmios como prêmio CEMPRE 2010, Sebrae mulher empreendedora e mulher de negócios em 2010, Prêmio Tereza Pezza, Prêmio Alma da Baixada entre outros (SILVA, 2017).

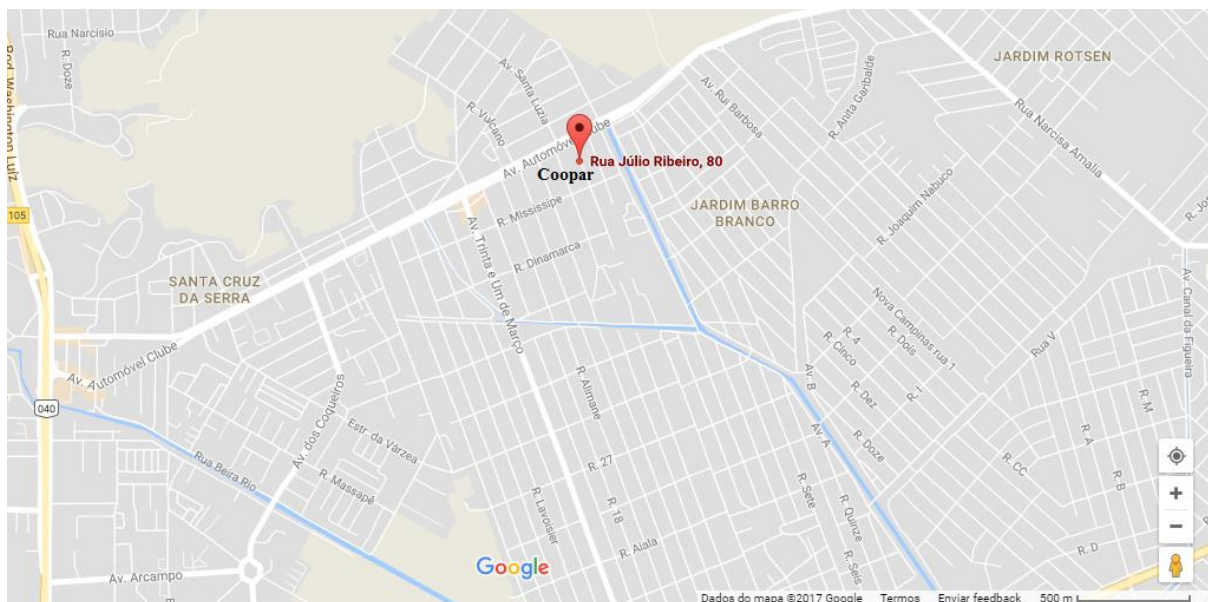
Os materiais mais comercializados e recolhidos pela cooperativa são papel, papelão, PET e alumínio. Os mais lucrativos são os materiais de alumínio e PET, porém o preço dos materiais sofre alterações frequentes.

A cooperativa realiza ainda, um bazar de roupas e sapatos usados a partir de doações, auxiliando no complemento da receita gerada que se destina ao pagamento de custos e manutenções da cooperativa.

4.4 COOPAR

A Cooperativa de Reciclagem Amigos Recicladores (COOPAR), é uma cooperativa de reciclagem, localizada no município de Duque de Caxias-RJ. Anteriormente, a cooperativa localizava-se no bairro de Jardim Gramacho, onde localizou-se até 2012, o maior lixão da América Latina. Porém, devido à violência, a Coopar mudou-se para o bairro de Santa Cruz da Serra.

Figura 16: Localização Coopar



Fonte: Google Maps, 2017.

A cooperativa conta com aproximadamente 20 cooperados, e também com catadores avulsos. A Coopar, faz ainda um trabalho de reintegração de ex dependentes químicos na sociedade, que após o período de recuperação em uma casa especializada, voltam ao mercado de trabalho como cooperados da Coopar e podem ter uma perspectiva de futuro, já que há muito preconceito e dificilmente conseguiriam emprego (SOUZA, 2017).

A cooperativa funciona em um estabelecimento com apenas uma pequena área coberta e recolhe materiais recicláveis para comercialização. Em 2002, a cooperativa participou do Programa Reciclagem Solidária Cooperativas da Recicloteca, foi quando se legalizou, para poder participar do programa que cedeu a prensa para compactar os materiais e um caminhão para o transporte.

A partir de então, a cooperativa teve contato com outras cooperativas que se uniram criando a Federação das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis (FEBRACOM) em 22 de março de 2006, com o objetivo de desenvolver atividades para as cooperativas e associações, buscando a defesa dos direitos sociais e ambientais. E puderam expor suas

demandas e necessidades para o governo e empresas do setor privado e buscam o atendimento dessas demandas (SOUZA, 2017).

A FEBRACOM foi instituída para fortalecer o movimento de catadores, com uma gestão baseada na liberdade, ajuda mútua e cooperação, com o intuito de proporcionar qualidade de vida dos cooperados através de emprego e renda, além de contribuir com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento socioeconômico (FEBRACOM, 2014).

A Cooperativa recebeu maior apoio na coleta de materiais, também a partir do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que “institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis” (BRASIL, 2006).

Os materiais mais rentáveis recolhidos, são as latinhas de alumínio e na cadeia dos plásticos, a garrafa PET. A cooperativa recolhe e comercializa materiais de papel, papelão, PET e alumínio, que são os mais encontrados e mais fácil de serem comercializados, por mês, a Coopar recolhe entre 12 a 15 toneladas de materiais, que gera o recebimento de aproximadamente 22 mil reais.

A maior parte dos trabalhadores trabalha de 3 a 8 horas diárias e a remuneração recebida depende da produtividade do trabalhador, ou seja, de quantas horas trabalha e de quanto material recolhe e o recebimento da renda varia entre 20 e 30 dias.

5. DADOS E RESULTADOS

A participação no Programa Reciclagem Solidária Cooperativas da Recicloteca em 2002, foi de extrema importância para as cooperativas de reciclagem Coopar e Coopcar, pois representou um incentivo à legalização das cooperativas, já que este requisito para receber os benefícios do Programa, e ofereceu aprendizagem sobre o tema de reciclagem e cooperativismo, como foi constatado em entrevista.

As cooperativas passaram a ter Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), Licença de Operação (LO), cadastro técnico do Instituto Brasileiro do meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) e INEA, e passaram a pagar o INSS dos cooperados (SILVA, 2017).

A concessão da prensa por parte do Programa agilizou o trabalho da Coopar e Coopcar, reduziu o tempo despendido para compactar o material, viabilizou o transporte de maior quantidade de material, agregou maior valor, além de possibilitar o recolhimento de mais material, pois quando compactado ocupa um espaço menor. O material compactado é mais aceito entre os compradores e seu preço de venda é mais elevado, gerando maiores rendimentos às cooperativas (SOUZA, 2017).

Para a Coopcar, o maior benefício da participação do programa foi a legalização, que permitiu a inserção em outros projetos e parcerias, como no caso da participação em um projeto do INEA em parceria com a Tetra Pak, no qual receberam a prensa hidráulica. O benefício econômico foi suplantado pelos custos em manter a cooperativa legalizada e pela variação constante do preço do material reciclável. A perda do apoio da prefeitura de Mesquita, também foi um fator que aumentou os gastos da cooperativa (SILVA, 2017).

Em relação ao meio ambiente, o trabalho das cooperativas reduz o impacto do descarte incorreto do lixo através do recolhimento desses resíduos, reduzindo a disposição do material no meio ambiente e em aterros sanitários, a participação no Projeto permitiu que a cooperativa recolhesse maior quantidade de material reciclável.

A Recicloteca fez um importante trabalho de educação ambiental e orientação com as cooperativas, que foi essencial para que adquirissem conhecimento sobre a reciclagem e a importância ambiental, econômica e social que possui. Além de incentivar a formação dos trabalhadores no cooperativismo e auxiliar as cooperativas nas questões de contabilidade, administração e reconhecimento das demandas internas.

Após o término do Programa em 2011, as cooperativas Coopar e Copcarmo não participaram de nenhum projeto da Recicloteca, mas o Programa Reciclagem Solidária Cooperativas foi o incentivo inicial para que as cooperativas pudessem participar de outros programas do setor público e privado, que atendessem às atuais demandas.

As cooperativas necessitam de maior apoio público, privado e da comunidade para a continuidade do serviço que prestam à sociedade, pois através do recolhimento desses materiais auxiliam na preservação do meio ambiente e geram renda e trabalho para famílias. Porém muitas vezes, não recebem o auxílio necessário.

Há carência de apoio financeiro, devido ao grande volume de despesas, com combustível, motorista, contador, entre outras. Além do apoio público e privado, as cooperativas sofrem com a falta de apoio da população local, que não atribuem credibilidade ao trabalho das cooperativas e não separam os materiais para que possam ser recolhidos.

A falta de conscientização da população apresenta um grande problema no recolhimento dos materiais por parte das cooperativas, que não possuem condições de implementar um programa de educação ambiental.

Outra demanda das cooperativas de reciclagem e catadores são os equipamentos de proteção individual, como por exemplo as luvas, para evitar o contato direto dos catadores com os materiais e prevenir possíveis contaminações e cortes.

Um dos problemas apresentados pelo presidente da Coopar é a participação em projetos que engessem a cooperativa, ou seja, algumas empresas já propuseram que a participação do projeto seria exclusiva e a cooperativa não poderia obter nenhum outro apoio e nem ceder informações e entrevistas fora do projeto (SOUZA, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Práticas de Responsabilidade Social Empresarial, quando destinadas à grupos que se encontram à margem do desenvolvimento, apresentam um instrumento de auxílio ao alcance do desenvolvimento territorial sustentável à medida que impulsionam melhorias nas condições sociais, ambientais e econômicas de determinada localidade.

No caso estudado constatou-se através de entrevistas que, as ações de Responsabilidade Social Empresarial da Companhia cervejeira, através do patrocínio ao Programa Reciclagem Solidária Cooperativas da Recicloteca, contribuíram para a legalização e consolidação da Coopar e Coopcarmo, que refletiu no território e evidenciou que através da participação do Programa as cooperativas puderam se modernizar, devido ao recebimento da prensa e obter melhor instrução sobre assuntos ambientais e de cooperativismo.

O incentivo e apoio às cooperativas de reciclagem trouxe benefícios econômicos, pois a prensa agregou maior valor ao material e possibilitou o recolhimento e venda de maiores quantidades, já que compactado, o material ocupa um espaço menor, além de trazer economia no transporte pela redução do volume do material.

Socialmente gerou mais emprego e renda para as cooperativas e catadores, além da legalização que assegurou os direitos trabalhistas e auxiliou na diminuição do trabalho infantil. Os benefícios ambientais também foram significativos, além de educação ambiental à respeito da importância ambiental do papel do catador, a participação no programa possibilitou maior recolhimento na quantidade de materiais que se destinariam aos aterros sanitários ou estariam dispostas em rios e na rua, além de evitar a extração de mais matéria prima através da reciclagem dos materiais.

As ONGs são um meio de efetivação das ações de desenvolvimento territorial a medida que buscam suprir as demandas sociais não atendidas pelo Estado e lutam pela defesa dos direitos das minorias e da parte da população excluída do processo de desenvolvimento. No Caso da Recicloteca, da ONG Ecomarapendi, a contribuição ao desenvolvimento se deu a partir do apoio às cooperativas de reciclagem que trabalhavam de forma não legalizada e não possuíam equipamentos que facilitassem a compactação, armazenamento e transporte dos materiais, suprimindo então, a maior demanda das cooperativas na ocasião.

As empresas em geral podem e devem contribuir com o processo de desenvolvimento do território, pois fazem parte de sua dinâmica e trazendo melhorias para o território, as empresas são também beneficiadas. Ações ambientais e sociais, seja através de apoio à ONGs ou projetos diretos, são importantes para o desenvolvimento do território.

A prensa apresentou um grande benefício para as cooperativas pois era a maior demanda no período e aumentou a produtividade da atividade e otimizou o espaço utilizado para o armazenamento do material, assim como possibilitou maior recolhimento, que aumentou a venda, conseqüentemente a renda.

Observa-se que a partir do Programa as cooperativas apresentaram maior autonomia e criaram seu próprio conselho em parceria com diversas outras cooperativas de reciclagem. Isso aumentou a representatividade das cooperativas e possibilitou a participação em novos projetos que identificaram as demandas das cooperativas e buscaram meios de atendimento dessas demandas por parte do setor público e do setor privado.

O maior problema apresentado foi a não continuidade do programa, sendo assim o atendimento de novas demandas por parte desse programa não aconteceu. A continuidade e assistência após o projeto é muito importante, para o avanço e manutenção dos benefícios adquiridos e para a emancipação das cooperativas.

Diante da dimensão e da produção da Companhia, espera-se que seu papel de Responsabilidade Social seja mais abrangente, devido ao maior impacto na sociedade, meio ambiente e território. As ações sociais e ambientais não podem ser consideradas apenas um gasto sem retorno, nem meramente marketing.

A Responsabilidade Social Empresarial é de extrema importância para a área social, econômica, ambiental e estratégica das empresas e da sociedade em geral. Porém a adoção RSE torna-se um problema quando consiste apenas em instrumento de marketing, as empresas divulgam que possuem práticas de RSE quando na verdade não praticam, ou praticam de maneira incompleta e ineficiente, visando apenas a obtenção de visibilidade e uma imagem positiva diante de seu público.

Além da falta de continuidade dos programas do setor privado, as cooperativas sofrem, também, com a descontinuidade dos governos. Na mudança de prefeitos, secretários

ambientais e presidentes, muitos programas de auxílio às cooperativas, que estavam funcionando bem, deixam de ser executados, devido à oposição dos partidos e prioridades dos novos representantes.

A falta de conscientização e apoio da população, constitui-se em grande dificuldade no recolhimento dos materiais, pois a população não valoriza os catadores e deixa de destinar à reciclagem os materiais, logo a quantidade de material recolhida pelas cooperativas é menor.

A conciliação e sinergia do setor público, privado, sociedade e ONGs são essenciais para suprir as demandas sociais, principalmente da camada mais vulnerável da sociedade, e para o alcance do desenvolvimento territorial sustentável.

As cooperativas necessitam ainda de apoio e subsídio do setor público e privado, pois não podem arcar com os altos custos gerados para a modernização de suas atividades. No caso da Coopar há também a necessidade de uma cobertura no galpão onde as atividades são realizadas, pois as condições do local ainda são bem precárias e podem danificar a prensa, diferente da Coopcarmo que participou de mais projetos e pôde melhorar sua estrutura. Ou seja, a participação de programas de incentivo às cooperativas é extremamente importante para sua infraestrutura, que apresenta custos elevados.

O assunto é vasto e requer maior aprofundamento em novas pesquisas acadêmicas e investigações que podem gerar resultados diversificados. A pesquisa baseou-se em exemplos restritos aos territórios consultados, de maneira alguma, a pesquisa generaliza suas conclusões, nem esgota o tema.

7 BIBLIOGRAFIA

ABAL, Associação Brasileira de Alumínio. Reciclagem de lata de alumínio bate novo recorde mundial e confirma vantagens da embalagem para a redução dos impactos ambientais. 2015. Disponível em: < <http://www.abralatas.org.br/brasil-mantem-lideranca-mundial/> >. Acesso em: 10 mai. 2016.

ABIPET. Associação Brasileira das Indústrias do PET. 7º Censo da Reciclagem do PET no Brasil. ABIPET. 2010. Disponível em: <www.abipet.org.br>. Acesso em: 10 mai. 2016.

ABIPLAST. Associação Brasileira da Indústria de Plástico. Perfil 2015. Disponível em: <<http://www.abiplast.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

ABNT. Associação Brasileira De Normas Técnicas. **NBR ISO 26000**: Diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada. São Paulo, v.4, n. 2, abr./jun. 2000. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/O_capital_social.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2016.

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. São Paulo, 2014.

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. **Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações**: análise de casos relatados em organizações públicas e privadas. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2002.

BATTAGELLO, Ligia Antonio. **Responsabilidade Social Empresarial e Parcerias Sociais**: Modelo Relacional e Estudo de Caso. São Paulo: FGV, 2013.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: **SOBER**, Juiz de Fora, 2003.

BENTO, Greici Diana. **Contabilidade de gestão no terceiro setor**: um estudo bibliométrico em periódicos nacionais. Florianópolis: UFSC, 2010.

BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis. **Ações de Responsabilidade Social Empresarial e Incentivos Fiscais no Brasil**. Lavras: UFLA, 2010.

BERNHARDT, Eduardo. Entrevista concedida a Ellizandra da Silva Santos. Rio de Janeiro, 21 set. 2016. Anexo C.

BNDES, **Terceiro Setor e Desenvolvimento Social**, 2001.

BOAVENTURA, João Maurício Gama; CARDOSO, Fernando Rodrigues; DONAIRE, Denis; SILVA, Edison Simoni da; SILVA, Ralph Santos da. Teoria dos Stakeholders e Teoria da Firma: um estudo sobre a hierarquização das funções-objetivo em empresas brasileira. Rio de Janeiro: **XXXII EnANPAD**, 2008.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade Social**: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. São Paulo: USP, 2001.

_____. **Responsabilidade Social Empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2013.

BRACELPA. Associação Brasileira de Celulose e Papel. Relatório de Estatísticas do setor 2010/2011. Disponível em: <www.bracelpa.org.br>. Acesso em: 10 mai. 2016.

BRASIL. Direitos do Consumidor, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>, acesso em: 16 nov. 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: MDA, IICA, Condraf, NEAD, 2003.

BRASIL. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm>. Acesso em: 06 mar. 2017.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Ideologias econômicas e democracia no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 46-63, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jan. 2017.

BUHLER, Felipe Albulquerque. Da Responsabilidade Social Empresarial a Responsabilidade e Sustentabilidade Empresarial: propostas para pensar o modelo atual de atuação social privada. In: **Inovarse**, 2011.

CALEGARO, Paulo Roberto Rosa. CUEVAS, Marcelo Mesias Rodriguez. **Responsabilidade Social em prol do Desenvolvimento Territorial**: uma reflexão sobre o papel das empresas junto aos territórios nos quais se instalam. Salvador: ALARP, 2014.

CAMAZ, Fernando Ribeiro. Duque de Caxias-Rio de Janeiro: contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento social. In: **Revista Espaço e Economia**, 2015.

CANÇADO, Airton Cardoso; SAUSEN, Jorge Oneide; VILLELA, Lamounier Erthal. **Gestão Social versus Gestão Estratégica**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____; PEREIRA, José Roberto; TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão Social**: reflexões teóricas e conceituais. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CARDOSO, Cristiane; SANTOS, Djalma Navarro dos; MOREIRA, Eldinei; SILVA, Natália Cristina Rondon; MAGALHÃES, Shamila Del Prete; SANTANA, Tamires Gonçalves. (Re) descobrindo a Baixada Fluminense: a transformação do olhar do discente sobre os problemas socioambientais. 2013. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/04.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

CARMO JÚNIOR, Luiz Otávio Pereira do. **O Discurso Responsabilidade Social na Teoria dos Acionistas e dos Stakeholders sob o enfoque da análise do discurso**. 2013. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/producao-academica/o-discurso-responsabilidade-social-na-teoria-dos-acionistas-e-dos-stakeholders-sob-o-enfoque-da-analise-do-discurso/5441/download/>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

CARNEIRO, Celia Maria Braga. RODRIGUES, Alisson Victor Moreira. Os fatores determinantes do compromisso da Responsabilidade Social Empresarial com o público interno das empresas. In: **XVI ENGEMA**, 2014.

CARRION, Rosinha Machado. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 237-255, nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jan. 2017.

CEPERJ/RJ. Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf> Acesso em: 21 mar. 2017.

CEPERJ/RJ. Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html. Acesso em: 21 mar. 2017.

CHACHAM, Alessandra Sampaio; CORRÊA, Rosa Maria. **Avanços e Desafios na Construção de uma Sociedade Inclusiva**. Belo Horizonte: Sociedade Inclusiva/PUC-MG, 2009.

COUTINHO, Rhanica Evelise Toledo; NOVIKOFF, Cristina; CARLOS, Diego de Souza; DOMINGOS, Leandro da Silva. Responsabilidade Social: Um estudo de caso em uma empresa de tabaco. In: **Inovarse**, 2011.

CRUZ, Breno de Paula Andrade. **Ensinando Responsabilidade Social para Administradores: um enfoque gerencial contextualizado às características brasileiras**. Recife: ANPAD, 2009.

DALLABRIDA, Valdir Roque; FERNADÉZ, Victor Ramiro; SIDENBERG, Dieter Rugar. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. In: **Revista Desenvolvimento em Questão**, Unijuí, 2004.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. In: **Dados. Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 54. 2011.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FEBRACOM. Federação das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. Sobre a FEBRACOM. 2014. Disponível em: < <http://febracom.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

FIGUERÊDO, Maria Aparecida de. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. In: **Revista geo-paisagem**, ano 3, nº 5, janeiro/junho, 2004.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Keynes: o liberalismo econômico como mito. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 425-447, 2010.

FONSECA, Lúcia Helena. Reciclagem: O primeiro passo para a preservação ambiental. In: **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://semanaacademica.org.br/artigo/reciclagem-o-primeiro-passo-para-preservacao-ambiental>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

GERENT, Juliana. A internalização das externalidades negativas ambientais: uma breve análise jurídico-econômica. In: **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 11, n. 44, p. 40-63, 2006.

GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita. A Economia Brasileira nos anos 90. In: **BNDES**, 1999.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOOGLE MAPS. Localização do Centro de Reciclagem Coopcaro. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Coopcaro/@-22.7712819,-43.4182349,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x9966862b70cfdb:0xc990fcf01868c45b!8m2!3d-22.7712819!4d-43.4160462>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

GUIMARAES, Roberto; FONTOURA, Yuna. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. In: **Cad. EBAPE**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p. 508-532, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades, 2016. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330170>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

IETS. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: relatório final. 2016. Disponível em: <https://www.iets.org.br/IMG/pdf/relatorio_final_centralidades.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2016.

INMETRO. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Compreendendo a Responsabilidade Social**: ISO 26000 e ABNT NBR 16001. Brasília: INMETRO, 2015.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Social das Empresas**: A contribuição das Universidades. São Paulo: Peirópolis, 2003. V. II.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **ISO 26000**: Norma Internacional de Responsabilidade Social- um guia de como entendê-la melhor. São Paulo: Observatório Social, 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O que é? Índice de Gini. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 07 fev. 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Urbanos: relatório de pesquisa. Brasília, 2012.

KREITLON, Maria Priscilla. A Ética nas relações entre Empresas e Sociedade: fundamento Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. In: **XXVIII ENANPAD**, Curitiba, 2004.

LOPES, Frederico Cesar Machado. O Gerenciamento da Sustentabilidade com Responsabilidade Social nas Organizações. In: **Inovarse**, 2015.

MADEIRA, Felícia Reicher; BIANCARDI, Miriam Ribeiro. O desafio das estatísticas do Terceiro Setor. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 177-184, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jan. 2017.

MAÑAS, Antonio Vico. Terceiro Setor: Um estudo sobre a importância no processo de desenvolvimento socioeconômico. In: **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v.2, n.2, 2012.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresenta%C3%A7%C3%A3o#sthash.wZUtuRX0.dpuf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MELLO, Fátima; TONI, Ana. Sustentabilidade do Desenvolvimento no Brasil pós-Rio+20. In: **Seminário “Sustentabilidade Socioambiental e Desenvolvimento - Qual é agenda do campo popular no Brasil pós Rio + 20”**. 2013.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20)**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MOURA, João Paulo. **Contrato de Comodato**. 2015. Disponível em: <<https://www.economias.pt/contrato-de-comodato/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MURARO, Piero; LIMA, José Edmilson de Souza. Terceiro Setor, qualidade ética e riqueza das organizações. In: **Rev. FAE**, Curitiba, v.6, n.1, 2003.

OLIVEIRA, Carlos Henrique Oliveira e Silva Paixão; QUINTELLA, Heitor Luiz Murat de Meirelles; NOGUEIRA, José Geraldo. A Importância da Responsabilidade Social como Comportamento Empresarial Moderno, na relação com o Stakeholder Comunidade. In: **Inovarse**, 2011.

OLIVEIRA, Cíntia Pierote de; MONOLECU, Friedhilde Maria Kustner. A importância do Terceiro Setor. In: **XIV INIC e X EPG- UNIVAP**, 2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. **ONU e o Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

PARENTE, Silvana Parente; ZAPATA, Tania. Os Novos Paradigmas, A Responsabilidade Social Empresarial e o Desenvolvimento Local, 2012. Disponível em: <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/05/RESPONSABILIDADE-SOCIAL-e-Desenvolvimento-Local-.%C3%BAltima-vers%C3%A3o.-Tania.6.3.2012.pdf>>. Acesso em: 05 març. 2016.

PEREIRA, Phablo Lucas Pettersen; CRUZ, Marta Monteiro da Costa. A Responsabilidade Social como Estratégia Empresarial. In: **XXVII ENEGEP**, 2007.

PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves. Sustentabilidade e justiça ambiental na Baixada Fluminense: identificando problemas ambientais a partir das demandas ao Ministério Público. In: **Cadernos Metr pole** v. 15 n. 29, 2013.

PEREIRA, Ângela Miranda Pereira. Responsabilidade Social Empresarial: enfoques teóricos. In: ** mbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 138, 2015. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15008>. Acesso em: 12 mai. 2016.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Coopera o para a Agricultura, 2009.

QUEIROZ, Edileuza. PLÁCIDO, Patricia. A história ambiental e educa o ambiental: Reflexões em “zonas de sacrifício” na Baixada Fluminense/RJ. In: **História, Natureza e Espaço**. Revista Eletr nica v. 2 n. 1, 2013.

QUELHAS, Filipe de Castro. Responsabilidade Social Corporativa. In: **Inovarse**, 2010.

RECICLOTECA. **Centro de Informa es sobre Reciclagem e Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.recicloteca.org.br/>> acesso em: 03 de maio 2016.

RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana; FREITAS, Lucio Flavio da Silva; CARVALHO, Julia Trindade Alves; OLIVEIRA FILHO, João Damásio de. Aspectos econômicos e ambientais da reciclagem: um estudo exploratório nas cooperativas de catadores de material reciclável do Estado do Rio de Janeiro. In: **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, 2014.

RICO, Elizabeth de Melo. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. In: **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 73-82, 2004.

RIO+10. **Rio +20: como chegamos até aqui**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

RIO+20. **C pula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/rio-20-como-chegamos-ate-aqui/at_download/rio-20-como-chegamos-ate-aqui.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento, Incluído, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACOMANO, Aline Rodrigues. **Responsabilidade Social como elemento para a sustentabilidade, a qualidade de produtos e serviços e a qualidade de vida**. UNIP, São Paulo, 2010.

SANTOS, Arthur Tranzola. Abertura comercial na década de 1990 e os impactos na indústria automobilística. In: **Fronteira**. Belo Horizonte, v.8, n. 16, p. 107-129, 2009.

SEBRAE, Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro. **APL: Arranjo Produtivo Local**. Rio de Janeiro: SEBRAE-RJ, 2014.

SEBRAE, Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro. **Painel Regional: Baixada Fluminense/Observatório Sebrae-RJ**. Rio de Janeiro: SEBRAE-RJ, 2015.

SILVA, Hada Rúbia. Entrevista concedida a Ellizandra da Silva Santos. Mesquita, 14 fev. 2017. Anexo B.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da; YOSHINAGA, Claudia Emiko; BORBA, Paulo da Rocha Ferreira. Crítica à Teoria dos Stakeholders como função-objetivo corporativa. In: **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v.12, n. 1, p. 33-42, 2005.

SMITH, Ivian. **Incorporação dos Princípios da Responsabilidade Social**. 2013. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/incorporacao-dos-principios-da-responsabilidade-social/#.WH_F8BsrKM8>. Acesso em: 11. Nov. 2016.

SOARES, Emília Salgado. **Externalidades Negativas e seus impactos no Mercado**. São Paulo: FGV/EAESP, 1999.

SOUZA, Júlia Alves e; COSTA, Thiago de Melo Teixeira da. Responsabilidade social empresarial e desenvolvimento sustentável: conceitos, práticas e desafios para a contabilidade. In: **Organizações em contexto**. São Bernardo do Campo, 2012.

SOUZA, Rodrigo Sampaio de. **Sobre o poder na Baixada Fluminense: o exemplo do município de Nilópolis/ RJ**. Rio de Janeiro: PUC, 2014.

SOUZA, Jorge Neves de. Entrevista concedida a Ellizandra da Silva Santos. Duque de Caxias, 17 fev. 2017. Anexo B.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Um Espectro ronda o Terceiro Setor: o espectro de mercado**. Rio de Janeiro: RAP, 1999.

_____. **Responsabilidade Social Empresarial: teoria e prática**. 2 ed. rev. Ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TCE-RJ. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Estudos Econômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro: Mesquita. 2011. Disponível em:<<http://www.cedca.rj.gov.br/pdf/Mesquita.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

TÖPKE, Denise Rugani. TAVARES, Frederico. A Responsabilidade Social Empresarial e sua Interface com o Marketing e as Relações Públicas: um estudo exploratório do papel dos stakeholder. In: **INTERCOM**, Rio de Janeiro, 2015.

URSINI, Tarsila Reis; SEKIGUCHI, Celso. **Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social**: Rumo à Terceira Geração de Normas ISO. Uniemp, São Paulo, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VEIGA, Vera Lucia Franco; FRANÇA, Sérgio Luiz Braga. Responsabilidade Social Corporativa, Estratégia e Risco: Evidências em Empresas do Setor de Energia. **Inovarse**, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. **Desigualdade Ambiental e “Zonas de Sacrifício”**. 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000392.pdf>. Acesso em: 06 de jan. 2015.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. In: **Cadernos EBAPE**, v.10, n 3, Rio de Janeiro, 2012.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. **Dimensão Econômica da Agenda da Sustentabilidade**: Desafios pós-Rio+20. Rio de Janeiro: CEBRI, novembro de 2012.

ZAPPAROLI, Irene Domenes. **A Questão Socioambiental da Reciclagem**: A prática da população Londrinense. UEL Revistas, 2009.

ANEXOS

ANEXO A – Entrevista com Representantes das Cooperativas de Reciclagem

Questionário de perguntas abertas	
1	Nome da Cooperativa:
2	Nome do Entrevistado:
3	Como funciona a Cooperativa?
4	De quais os programas sociais participa? Quais os benefícios (econômico, social, ambiental) apresentados por ele?
5	Como a Cooperativa impacta o território, ambiental, social e economicamente?
6	Qual a relação da Cooperativa com a Recicloteca?
7	Qual a relação da Cooperativa com a Companhia Cervejeira? Na sua opinião ela cumpre seu papel socialmente responsável?
8	Participa ou já participou de algum programa da Recicloteca? Se sim quais os benefícios o programa trouxe para a Cooperativa e comunidade?
9	Em sua opinião, qual o papel da cooperativa para o desenvolvimento sustentável do território?
10	Reservado ao representante da Cooperativa para comentários adicionais e informações que considere relevantes.

ANEXO B – Questionário destinado aos cooperados

Questionário de perguntas Cooperativa de Reciclagem (cooperados)	
1	Nome da Cooperativa:
2	Nome do Entrevistado:
3	Sexo: () Feminino () Masculino
4	Faixa etária: () De 18 a 20 anos () De 21 a 40 anos () Acima de 40 anos
5	Escolaridade: () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental completo () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo () Apenas Alfabetizado () Não foi alfabetizado
6	Quanto tempo exerce a atividade de catador de reciclagem? () Menos de 1 ano () De 1 a 3 anos () Mais de 3 anos () Outra. Qual? _____
7	Quais os materiais mais comercializados? () Papel () Papelão () Pet () Alumínio () Vidro () Todos os materiais anteriormente citados () Outros. Quais? _____
8	Quais os materiais mais recolhidos? () Papel () Papelão () Pet () Alumínio () Vidro () Todos os materiais anteriormente citados () Outros. Quais? _____
9	Onde os materiais são coletados? () Supermercados () Hospitais () Escolas () Residências () Empresas () Outras opções. Quais? _____
10	Qual a frequência de comercialização do material coletado? () Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Não sabe () Outra opção. Qual? _____
11	Qual o peso do material vendido por mês? () Até 50kg () 51 kg a 100 kg () 101 a 300 kg () Mais de 300 kg () Outro. Qual? _____
12	Qual o peso do material recolhido por mês? () Até 50kg () 51 kg a 100 kg () 101 a 300 kg () Mais de 300 kg () Outro. Qual? _____
13	Qual a faixa de valor recebido pelo material? () R\$10 a R\$50 () R\$51 a R\$100 () R\$101 a R\$200 () R\$201 a R\$300 () Outro. Qual? _____
14	Qual sua renda média mensal aproximadamente? R\$ _____
15	Quais materiais são mais lucrativos? () Papel () Papelão () Pet () Alumínio () Vidro () Todos os materiais () Outros. Quais? _____

16	Qual a periodicidade de recebimento da renda? () Diário () Semanal () Mensal () Não sabe () Outra opção. Qual? _____
17	Quantas pessoas vivem dessa renda? () 1 pessoa () 2 pessoas () 3 pessoas () 4 pessoas () 5 pessoas () 6 pessoas () Mais de 6 pessoas
18	Você recebe benefícios Sociais do governo? () Não recebe () Bolsa escola () Bolsa família () Outro benefício. Qual? _____ () Não respondeu
19	A remuneração adquirida com a venda dos materiais é suficiente para sustentar seus dependentes? () É mais que o necessário () É o suficiente () É pouco
20	Qual a sua jornada diária de trabalho? () 6–8 horas por dia () 8–10 horas por dia () Mais de 10 horas por dia () Outra opção. Qual? _____
21	Já sofreu algum preconceito enquanto coletava ou por ser conhecido o exercício da coleta? () Sim, algumas vezes () Sim, com frequência () Nunca sofreu preconceito
22	Estar associado à Cooperativa é benéfico? () Sim. Quais os benefícios? _____ () Não
23	Falta apoio da comunidade na coleta seletiva do lixo? () Falta apoio, mas não faz tanta diferença () Falta apoio, ele seria muito importante () Tenho apoio na comunidade onde coletou.
24	Falta apoio do poder público na coleta seletiva do lixo? () Falta apoio, mas não faz tanta diferença () Falta apoio, ele seria muito importante () Tenho apoio do poder público.
25	Falta apoio do setor privado na coleta seletiva do lixo? () Falta apoio, mas não faz tanta diferença () Falta apoio, ele seria muito importante () Tenho apoio do setor privado.
26	Há facilidade em se encontrar pontos de coleta? () Sim () Não
27	Acha que o preço pedido pelos materiais é justo? () Sim () Não
28	A cooperativa recebe algum auxílio benefício de empresa ou ONG? () Recebe. Qual? _____ () Não recebe () Não respondeu
29	A cooperativa recebe ou já recebeu algum benefício/incentivo (financeiro, social) da Recicloteca? () Recebe. Qual? _____ () Não recebe () Não sabe () Já recebeu. Qual? _____
30	Trabalhava antes de ser cooperado? () Sim. Qual profissão? _____ () Não () Não respondeu
31	Qual a sua renda anterior? R\$ _____

32

Relatar a vida econômica e social antes e depois da Cooperativa e Recicloteca. Relatar as perspectivas futuras. Apresentou melhoria na qualidade de vida? Quais?

Questionário de perguntas abertas	
1	O que é a Recicloteca e qual sua história?
2	Qual a relação da Recicloteca com as Cooperativas de Reciclagem?
3	O que foi e como ocorreu o Programa Reciclagem Solidária Cooperativas?
4	Atualmente a Recicloteca possui contato com as Cooperativas de Reciclagem?
5	Qual a relação da Recicloteca com a Companhia Cervejeira que a patrocina?
6	A Companhia Cervejeira compra materiais reciclados das cooperativas?
7	Quais os materiais recicláveis mais recolhidos e mais demandados?
8	Em sua perspectiva, a participação no Programa foi benéfica para as cooperativas?



Galpão de triagem da Coopcarmo.



Representantes da Coopcarmo entrevistadas na sede da cooperativa.



Prêmios recebidos pela Coopcarmo durante visita técnica na sede da cooperativa.



Material recebido e selecionado pela Coopcarmo no galpão de triagem a espera para coleta e destinação do material.



Prensas da Coopcarmo no galpão de triagem doadas pelas Tetrapak.



Roupas doadas ou encontradas em meio à triagem dos resíduos sólidos e que são destinadas ao bazar promovido pela cooperativa para arrecadação de fundos.

ANEXO E – Imagens da Entrevista e Visita Técnica na Coopar – Duque de Caxias/RJ



Entrevista com o presidente da Coopar na sede da cooperativa.



Pátio com materiais prensados da cooperativa.



Área coberta para separação de materiais com o pátio da cooperativa ao fundo.



Sede da Coopar com materiais em triagem no pátio da cooperativa.



Prensa doada pela Companhia cervejeira à COOPAR na sede da cooperativa em Santa Cruz da Serra, no município de Duque de Caxias/RJ.

ANEXO F – Quadro: Sete Princípios da ABNT NBR ISO 26000.

Norma	O que é	Como se faz na prática
Accountability	Prestar contas e se responsabilizar por seus impactos na sociedade, economia e meio ambiente, principalmente aqueles com consequências negativas significativas.	<p>Conhecer os impactos das decisões e atividades da organização na sociedade e, no caso de impactos negativos imprevistos e não intencionais, aceitar investigação apropriada e tomar medidas para que sua repetição seja evitada.</p> <p>Dar respostas e prestar contas tanto para todas as partes interessadas.</p>
Transparência	Ser transparente, comunicar sobre as decisões e atividades que impactam a sociedade e o meio ambiente.	Comunicar de forma clara, precisa, completa e acessível as informações referentes à organização, como impactos conhecidos e prováveis de suas decisões e atividades, governança, origens e aplicações de recursos financeiros, critérios e resultados de seu desempenho econômico, social e ambiental.
Comportamento ético	Comportar-se eticamente, baseada em valores de honestidade, equidade e integridade.	<p>Ter o compromisso de lidar com o impacto de suas atividades e decisões de forma a preocupar-se com os interesses das pessoas e dos animais e com o meio ambiente.</p> <p>Identificar e declarar os valores fundamentais da organização e comunicá-los de forma abrangente a todas as partes interessadas.</p> <p>Estabelecer e promover padrões éticos de comportamento, de acordo com seus princípios e atividades, a partir do monitoramento e também do oferecimento de canais de denúncia.</p> <p>Prevenir e solucionar conflitos de interesse.</p>

Respeito aos interesses dos stakeholders	Respeitar, considerar e responder aos interesses das demais partes interessadas, além de proprietários, conselheiros, clientes ou associados.	Identificar as partes interessadas, seus interesses, preocupações, direitos legítimos e capacidade de engajamento. Reconhecer como as decisões e atividades da organização impactam as partes interessadas e como, reciprocamente, a organização é impactada.
Respeito pelo estado de direito	Aceitar que o respeito pelo estado de direito é obrigatório, isto é, nenhum indivíduo ou organização está acima da lei, nem mesmo o governo.	Manter-se informada sobre todas as leis e regulamentos aplicáveis às suas atividades e informar a todos na organização sobre a obrigatoriedade de cumpri-los. Assegurar a conformidade legal de todas as suas atividades, independentemente da localização e/ou do nível de fiscalização.
Respeito às normas internacionais de comportamento	Acatar as normas internacionais de comportamento e, ao mesmo tempo, cumprir as leis e regulamentos a que está sujeita.	Reconhecer situações e localidades em que não haja legislação ou salvaguardas socioambientais adequadas e, nesses casos, respeitar como padrão mínimo as normas internacionais de comportamento. Reconhecer quando há contradição ou conflito entre a legislação local e as normas internacionais de comportamento e, nesse caso, buscar atender as normas internacionais dentro do possível, considerando, inclusive, as consequências do não cumprimento. Avaliar se há localidades e situações nas quais não vale a pena desenvolver atividades em razão dos conflitos com as normas internacionais de comportamento.
Respeito pelos direitos humanos	Respeitar e reconhecer a importância e universalidade da Carta	Reconhecer que os direitos humanos são aplicáveis em todos os países,

Internacional dos Direitos Humanos, culturas e situações.
que inclui a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Respeitar e promover os direitos humanos, bem como monitorar o seu cumprimento em todas as decisões e atividades.

Fonte: ISO, ABNT, 2010, adaptado.